



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* GESTÃO DE ARQUIVOS**

A ACESSIBILIDADE NOS ARQUIVOS PÚBLICOS

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Márcia Della Flora Cortes

**Santa Maria, RS, Brasil
2011**

A ACESSIBILIDADE NOS ARQUIVOS PÚBLICOS

por

Márcia Della Flora Cortes

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão de Arquivos da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista Gestão em Arquivos

Orientadora: Prof. Dra. Glaucia Vieira Ramos Konrad

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* Gestão em Arquivos**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova
a Monografia de Especialização

A ACESSIBILIDADE NOS ARQUIVOS PÚBLICOS

elaborada por
Márcia Della Flora Cortes

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão em Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dra.
(Presidente/Orientadora)

Maria Alcione Munhóz, Dra. (UFSM)

Rosani Beatriz Pivetta da Silva, Ms. (UFSM)

Santa Maria, 22 de outubro de 2011.

AGRADECIMENTOS

A Deus por permitir que eu tenha chegado até aqui...

A professora Glaucia Konrad pela disponibilidade de orientação...

Aos professores do Curso Gestão em Arquivos...

Aos meus amigos que me deram idéias e coragem...

Aos funcionários do Arquivo de Cruz Alta e usuários pela atenção e colaboração
com este estudo...

A minha família pelo estímulo, paciência e o apoio de sempre...

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Latu Sensu* Gestão em Arquivos

Universidade Federal de Santa Maria

A ACESSIBILIDADE NOS ARQUIVOS PÚBLICOS

AUTORA: MÁRCIA DELLA FLORA CORTES

ORIENTADORA: GLAUCIA VIEIRA RAMOS KONRAD

Data e Local da Defesa: Santa Maria/RS, 22 de outubro de 2011.

Este trabalho buscou, por meio de um estudo de caso, analisar a acessibilidade por pessoas com deficiência no Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta. Propõe-se melhorias através de sugestões de alterações no ambiente físico e conseqüentemente no atendimento a fim de promover a inclusão social. Além disso, pretende-se ressaltar a necessidade dos arquivos para os usuários bem como para sua inclusão em um espaço cultural, educativo e social que disponibiliza informações arquivísticas de forma eficiente e eficaz, buscando melhorar a qualidade do atendimento e a satisfação de todos os usuários. As formas de acessibilidade no arquivo foram constatadas através da observação direta e da aplicação de um questionário aos usuários do arquivo. A situação é problemática e preocupante, já que principalmente as escadas estreitas dificultam a entrada de pessoas com deficiência no prédio do arquivo. Como ferramenta de apoio foi feita uma revisão de literatura a respeito das condições de acessibilidade em arquivos públicos e a inclusão social de pessoas com deficiência. Este trabalho compreende uma introdução, um desenvolvimento que aborda a revisão de literatura, a metodologia utilizada, a análise e discussão dos resultados e finaliza com a conclusão de que os arquivos são muito importantes para a sociedade e precisam adaptar-se as exigências desta e cumprir com sua função social educativa e atender a todos que necessitam e desejam informações.

Palavras-chave: Acessibilidade. Arquivos públicos. Inclusão social. Deficientes. Tecnologias assistivas.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Latu Sensu* Gestão em Arquivos

Universidade Federal de Santa Maria

A ACESSIBILIDADE NOS ARQUIVOS PÚBLICOS (THE IMPORTANCE OF FILES FOR SOCIAL INCLUSION)

Author: Márcia Della Flora Cortes

Adviser: Glaucia Vieira Ramos Konrad

Data e local de defesa: Santa Maria/RS, 22 de outubro de 2011.

This study attempts, through a case study to analyze the affordability and access by the disabled in the Municipal Historical Archive of Cruz Alta. Aims to improve upon the suggestion of changes in the physical environment and care for the disabled to facilitate access and therefore promote social inclusion for all. In addition, we intend to emphasize the importance of archives for users as well as its inclusion in a cultural, educational and social information available archival efficiently and effectively, seeking to improve the quality of care and satisfaction of all users. The forms of accessibility in the file were found by direct observation and of the application of a questionnaire to the staff and file servers. The situation is problematic and worrisome, especially since the narrow stairs hinder the entry of disabled persons in the building of the file. As tool support has made a review of the literature about the conditions file access and social inclusion of disabled people. This work includes an introduction, a development that addresses the literature review and the methodology used, the analysis and quarrel of the results bibliographical and ends with the conclusion that the files are very important to society and must adapt to its requirements and fulfill its social function and primary education meet all they need and want information.

Keywords: Accessibility. Social inclusion. Disabled. Files. Assistive technologies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ILUSTRAÇÃO 1 - A estrutura arquitetônica do Arquivo Histórico de Cruz Alta apresenta escadas desde a entrada externa	10
ILUSTRAÇÃO 2 - Ata contendo um pouco da história do município de Cruz Alta	23
ILUSTRAÇÃO 3 - Escadas internas na entrada do prédio do Arquivo Histórico de Cruz Alta.....	52
ILUSTRAÇÃO 4 - Parte das escadas internas do Arquivo Histórico de Cruz Alta possui corrimão em apenas um dos lados.	53
ILUSTRAÇÃO 5 - O banheiro do Arquivo Histórico de Cruz Alta não possui adaptações para pessoas com deficiência	53

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A- Questionário 1 aplicado ao usuário interno do Arquivo Histórico de Cruz Alta.....	69
APÊNDICE B- Questionário 2 aplicado aos usuários externos do Arquivo Histórico de Cruz Alta.....	71
APÊNDICE C– Cartilha destinada ao Arquivo Histórico de Cruz Alta.....	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO	12
2.1 Descrição do ambiente de estudo	12
2.1.1 Contextualização histórica.....	12
2.1.2 Contextualização do arquivo	13
2.2 Objetivos do estudo	14
2.2.1 Objetivo geral	14
2.2.2 Objetivo específico	12
2.3 Justificativa	15
3 REVISÃO DE LITERATURA	16
3.1 Acessibilidade e inclusão social	16
3.2 A importância social dos arquivos	20
3.3 Pessoas com deficiência	23
3.4 Educação inclusiva	31
3.5 Direito a informação	37
3.6 Acessibilidade em arquivos	43
3.7 Equipamentos facilitadores e tecnologias assistivas	45
4 METODOLOGIA	48
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	50
5.1 Acessibilidade no Arquivo Histórico de Cruz Alta	50
5.2 Análise e resultado dos questionários	57
5.2.1 Análise do questionário 1	57
5.2.2 Análise do questionário 2	58
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64
APÊNDICE	68

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia é o resultado de um trabalho realizado na disciplina Elaboração de Monografia, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização *Lato-sensu* em Gestão em Arquivos, disponibilizado por convênio entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Aberta do Brasil (UAB). O tema deste trabalho é a acessibilidade nos arquivos públicos, a partir do estudo de caso do Arquivo Histórico de Cruz Alta na perspectiva de melhorar e promover a inclusão social.

Os arquivos públicos brasileiros vêm enfrentando problemas relativos a acessibilidade que dificulta a entrada de muitas pessoas em seu espaço, ocasionando com isso, um certo afastamento de pessoas com deficiência.

Os dados disponíveis sobre a situação dos arquivos municipais evidenciam com clareza os problemas comuns, principalmente relativos ao abandono e precariedade da situação a que estão relegados, os arquivos municipais no Estado de São Paulo, no Brasil, e em toda América Latina.(OLIVEIRA, 1991).

Devido a esta dificuldade torna-se necessário que os arquivos públicos busquem alternativas que possibilitem atender a todos os seus usuários e conquistar aqueles usuários potenciais, que poderão freqüentar este espaço. Nesse sentido, pretende-se analisar a acessibilidade no Arquivo Histórico de Cruz Alta e contribuir para que este e outros melhorem suas condições e favoreçam a inclusão de todas as pessoas, com materiais alternativos em formatos não convencionais e uma infraestrutura que facilite a acessibilidade para todos.

A acessibilidade permite a aproximação das pessoas e propicia a inclusão social em todos os locais, bem como em arquivos públicos. Conforme a Lei nº 8.159, lei dos arquivos, de 8 de janeiro de 1991, disponível no site da Presidência da República,

Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. (BRASIL. Lei 8.159, 1991).

A existência dos arquivos se justifica pela difusão da informação, além de ser um repositório de informações é preciso transmitir conhecimento e possibilitar acesso aos usuários. Se a informação e o conhecimento não justificam o acesso de todos, estaremos em uma sociedade desigual, que favorece apenas a alguns grupos sociais.

Nem todos os arquivos públicos municipais do Rio Grande do Sul estão adaptados para receber seus cidadãos, promovendo a inclusão social. O Arquivo Histórico do município de Cruz Alta é um deles e como muitos apresenta limitações em relação à acessibilidade, bem como barreiras arquitetônicas (Ilustração 1), que estão entre as mais prejudiciais aos usuários que visitam o arquivo.



Ilustração 1 – A estrutura arquitetônica do Arquivo Histórico de Cruz Alta apresenta escadas desde a entrada externa.

Fonte: Do autor

Esta monografia apresenta uma introdução, um desenvolvimento abordando a revisão de literatura que estabelece um referencial teórico para dar suporte ao desenvolvimento da pesquisa, a metodologia que mostra como foi realizado o

estudo, a análise de dados onde se expõe os dados encontrados e sugestões a serem implantadas no futuro. Posteriormente estão as considerações finais e as referências utilizadas para a elaboração do trabalho.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTUDO

A idéia principal neste trabalho é realizar um estudo de caso no Arquivo Histórico de Cruz Alta, localizado em um município do noroeste do estado do Rio Grande do Sul, Cruz Alta. A falta de acessibilidade no arquivo impede que alguns usuários realizem suas pesquisas no mesmo, ou dificulta o acesso por muitas pessoas. Diante dessa problemática, este trabalho visa reconhecer a importância desse espaço como um ambiente de inclusão social e conseqüentemente, a partir dessa concepção planejar adaptações futuras que permitam acesso a todos. Muitos usuários podem tornar-se usuários reais dos arquivos, mas para isso é preciso haver mudanças que atendam as suas necessidades.

2.1 Descrição do ambiente de estudo

Para explicar melhor o ambiente de estudo e a contextualização deste, será feito uma breve descrição da contextualização histórica do arquivo, bem como a contextualização atual do arquivo, buscando definir a importância do referido estudo e do arquivo para a inclusão social dos usuários.

2.1.1 Contextualização histórica

O arquivo está localizado no município de Cruz Alta e guarda a história documental desta localidade. O prédio que abriga o Arquivo Histórico de Cruz Alta, também sedia o Museu Municipal. O Museu Municipal e Arquivo Histórico de Cruz Alta (MMAH) foram criados em 2000 pela administração municipal de Cruz Alta. As dependências do MMAH estão localizadas no Centro de Convergência Cultural, local onde encontra-se a Secretaria Municipal de Turismo e Eventos, mantenedores do Museu e Arquivo Histórico do município.

O prédio que abriga o Museu Municipal e Arquivo Histórico de Cruz Alta, foi construído em 1893, pela Cie Sud Ouest Brésilien. Em 1984, foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAE) e passou por restaurações nos anos de 1986, 1998 e entre 2005 e 2007. O Museu municipal é tombado pelo Patrimônio Histórico, contudo o arquivo está alocado em uma seção do prédio que não é tombada e por isso permite e possibilita modificações.

2.1.2 Contextualização do Arquivo

O acervo documental do Arquivo Histórico de Cruz Alta é rico em diversos documentos, principalmente atas da Câmara, desde 1845. Existe uma sala que é composta principalmente por documentos de funcionários que trabalharam na Estação Ferroviária de Cruz Alta, a qual passa nos fundos do Arquivo. São documentos históricos que contam a vida dos funcionários na empresa Ferroviária, são documentos de caráter permanente, considerados fontes históricas.

O arquivo recebe visitas de ferroviários, de familiares dos ferroviários, interessadas em resgatar a história vivida por seus antepassados, escolas e visitantes de outras localidades. O arquivo está aberto a visitas da comunidade em geral.

Os usuários internos do arquivo, funcionários, dentro das possibilidades que este oferece, se esforçam da melhor forma para atender toda sociedade, abrindo o arquivo a visitação daqueles que procuram este espaço. Oferecem auxílio para acessar o arquivo, como ajuda a subir escadas.

As pessoas com deficiência são usuários potenciais de arquivos, como o Arquivo Histórico de Cruz Alta. Por isso, é preciso conquistar estes usuários, adotando-se as condições básicas e necessárias para que se sintam bem no local.

A importância do Arquivo Histórico de Cruz Alta para a comunidade local é enorme visto que todos têm direito de acesso as informações e a usufruir deste espaço público, que propicia a inclusão social, para realizar pesquisas científicas.

2.2 Objetivos do estudo

Os objetivos a seguir relacionados nortearam as diretrizes desta pesquisa para que se pudesse construir um estudo que relacionasse a acessibilidade no Arquivo Histórico de Cruz Alta com a sua importância para a inclusão social neste espaço.

2.2.1 Objetivo geral

Analisar a acessibilidade no Arquivo Histórico de Cruz Alta no sentido de sensibilizar os usuários sobre a necessidade de adaptar-se a todos para promover a inclusão social, visto que esta não ocorre sem condições adequadas de acessibilidade.

2.2.2 Objetivos específicos

- Auxiliar o Arquivo Histórico de Cruz Alta a melhorar o atendimento das pessoas com deficiência;
- Apontar as necessidades de adaptações em arquivos para promover a inclusão social, a partir do estudo de caso de Cruz Alta;
- Identificar as condições de acessibilidade no Arquivo Histórico de Cruz Alta;
- Sensibilizar os usuários sobre a igualdade de direitos das pessoas com deficiência para receber informações.

2.3 Justificativa

A relevância deste tema não reside somente no fato da transmissão de informações, mas, sobretudo no direito amparado por lei para que todos tenham acesso às informações disponibilizadas nos arquivos.

Este trabalho justifica-se pela necessidade de todos os arquivos públicos disporem de acessibilidade, adequando-se aos seus usuários. A acessibilidade em muitos arquivos públicos é uma condição limitada e esta realidade pode ser transformada e melhorada, como é o caso do Arquivo Histórico de Cruz Alta.

Muitas barreiras dificultam a acessibilidade e conseqüentemente prejudicam a inclusão social de pessoas com deficiência. Além disso, essa temática tem sido pouco abordada na literatura de arquivologia e aqui se propõe contribuir para a melhora da acessibilidade no Arquivo Histórico de Cruz Alta. Cabe ressaltar que um arquivo cumpre com seu papel de disseminar informações e fomentar pesquisas se atender a todas as necessidades dos usuários.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 Acessibilidade e inclusão social

A acessibilidade representa a eliminação de barreiras em espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, sistemas e meios de comunicação, no conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos (SINTEST RN, 2011). A acessibilidade facilita a aproximação das pessoas e com isso os arquivos públicos poderiam contemplar todos estes aspectos para propiciar a inclusão social.

A acessibilidade em arquivos públicos é uma problemática que dificulta a inclusão social de pessoas com deficiência. Esses deveriam propiciar acesso à toda população e de acordo com o que cita a lei de arquivos, Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991:

Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. (BRASIL. Lei nº 8.159, 1991).

Acessibilidade e acesso são conceitos relacionados, porém são essencialmente diferentes. O acesso é uma conseqüência da acessibilidade e portanto, se um local é acessível ele permite acesso.

Manzini (2005) reflete que uma das interpretações que distingue acesso de acessibilidade é que o primeiro termo parece refletir um desejo de mudança e a busca a algum objetivo. Acesso parece significar o processo para atingir algo. O termo acesso significa a necessidade de luta para alcançar um objetivo. Parece estar também relacionado à questão da atitude em relação à exclusão. (MANZINI, apud CASTANHO, 2010, p. 25)

De acordo com a Lei nº 10.098, de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o artigo 2, inciso I, define a acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL. Lei nº 10.098, 2000)

A inclusão social é a capacidade de a sociedade acolher a todos os homens em seus diversos espaços e com qualidade, bem como eliminar os obstáculos que dificultam a acessibilidade pelas pessoas. Além disso, inclusão social significa o contato de uma pessoa com outras, em escolas, museus, arquivos, bibliotecas, academias, supermercados, restaurantes e todos os locais passíveis de acesso por qualquer cidadão. Se alguém não puder participar de brincadeiras ou não puder ir ao cinema, compras e outros locais, certamente estará limitado em desempenhar atividades sociais ficando difícil viabilizar uma vida de qualidade.

A inclusão, como os demais movimentos provocados por grupos que historicamente foram excluídos da escola e da cidadania plena, é uma denúncia ao que Hannah Arendt chamou de “abstrata nudez”, pois é inovação incompatível com a abstração das diferenças, para chegar a um sujeito universal. Quando entendemos que não é a universalidade da espécie que define um sujeito, mas as suas peculiaridades, ligadas a sexo, etnia, origem, crenças, tratar as pessoas diferentemente pode enfatizar suas diferenças, assim como tratar igualmente os diferentes pode esconder suas especificidades e excluí-los do mesmo modo; portanto, ser gente é correr sempre o risco de ser diferente. (MANTOAN; PRIETO, 2006, p. 17).

Para auxiliar as pessoas com deficiência, devemos exercer nossa cidadania e fazer o possível para integrá-las e incluí-las em todos os locais públicos. Contudo, sabe-se que as barreiras arquitetônicas ainda são obstáculos que dificultam o deslocamento destas pessoas na maioria das cidades.

A acessibilidade aos bens culturais pelas pessoas com deficiência deve ser entendida como decorrência lógico-jurídica do princípio da isonomia, posto que este inclui tanto a exigência de tratamento igualitário, quanto a proibição de tratamento discriminatório.

A eliminação de barreiras físicas e sociais dos espaços e serviços destinados à fruição do patrimônio cultural é fundamental para que as pessoas com deficiência tenham acesso aos bens culturais. Estes espaços e serviços devem ser adequados para permitir que pessoas com deficiência sejam incluídas no processo de reformulação da identidade nacional, por meio do conhecimento e valorização da nossa cultura e história. (ACESSIBILIDADE A BENS CULTURAIS, s/a, n.p.)

Se a administração pública diz, na forma da lei, que todos têm direito de acessar informações arquivísticas, então todos os arquivos necessitam acolher seus

cidadãos, oferecendo os suportes necessários para sua chegada ao arquivo, como estrutura física adequada à entrada de usuários e materiais em suportes alternativos.

Conforme Constante (2010, p. 10), “O respeito a todos os cidadãos faz parte dos deveres da administração pública, por isso a administração deve viabilizar o acesso a informação”. Todos possuem o mesmo direito perante o princípio da isonomia, o qual prega a igualdade, sem distinção de qualquer natureza.

O princípio da isonomia tem estrutura normativo-material diferenciada. Por ele estar disposto nos direitos fundamentais, traz uma carga ideológica significativa, diretamente vinculada ao Estado Democrático de Direito. Por essas razões, ele não poderia deixar de ser observado no momento da produção das normas, tampouco no momento de sua aplicação de políticas públicas, visto que seria o ponto fundamental na valorização do próprio conceito de justiça. (SANTANA, 2010, p.747)

Sabe-se da necessidade e da urgência em se enfrentar o desafio da inclusão social. E para que isto ocorra é preciso eliminar todas as barreiras que impedem a integração das pessoas com deficiência. Ao se pensar em inclusão social, pensa-se em acessibilidade, pois a inclusão social depende da acessibilidade em todas as suas dimensões.

Com isso, para que uma sociedade seja realmente inclusiva, esta deve eliminar todas as suas barreiras e atender aos diversos aspectos da acessibilidade e aderir aos princípios da educação inclusiva (SASSAKI, 2005), tais como:

- Acessibilidade comunicacional: Refere-se a inexistência de barreiras através dos diversos meios de comunicação, como a comunicação escrita (livros, revistas, materiais impressos em braile e tecnologias assistivas), comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem gestual) e comunicação virtual (acessibilidade digital);

- Acessibilidade metodológica: Refere-se a inexistência de barreiras nos métodos de estudo, de trabalho e educação dos filhos. Sugere-se fazer adaptações que propiciam a participação de todos no ambiente escolar, cultural e em família;

- Acessibilidade atitudinal: Refere-se a mudanças de atitudes nas pessoas que possuem uma visão restrita sobre as pessoas com deficiência. Não deve haver preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminação. A convivência e o respeito com a diversidade humana resultam na aproximação de todos, na quebra de

estigmas e preconceitos, por isso é importante a sensibilização e conscientização para iniciar-se uma relação harmoniosa;

- Acessibilidade programática: Refere-se a inexistência de barreiras invisíveis, as quais podem estar escondidas atrás de normas, regulamentos e políticas públicas;

- Acessibilidade arquitetônica: Refere-se a eliminação de barreiras físicas em todos os locais sociais, em que qualquer pessoa possa circular, como em arquivos, museus, edifícios, nas ruas, escolas, nos transportes;

- Acessibilidade instrumental: Refere-se a eliminação de barreiras em utensílios de estudo, de atividades diárias, de lazer e esporte.

Para o delineamento de uma sociedade mais inclusiva, que reconhece e valoriza as diferenças entre as pessoas, torna-se cada vez mais importante que propostas para a acessibilidade de pessoas com características específicas estejam articuladas à promoção da qualidade de vida para todos. Assim, pessoas com habilidades, necessidades e interesses variados, sejam ou não em decorrência de envelhecimento ou de deficiências, poderão ser beneficiadas por propostas de ambientes, produtos e serviços acessíveis, que não as discriminem. (MELO, 2006, p. 17)

Para haver uma mudança significativa e positiva sobre a inclusão social na sociedade é necessário haver mudanças de atitudes, onde todos colaborem para a igualdade de direitos. Uma deficiente visual, professora e cega há 21 anos, corrobora com a afirmação:

O maior desafio que vejo é a mudança comportamental. Você mudando a sua atitude, sua mentalidade, a maneira de ver o outro, o resto acontece: diminuem as barreiras arquitetônicas, a luta para sermos inseridos no mercado de trabalho, para termos acesso a um curso superior, para sermos respeitados em todos os ambientes. Todos somos diferentes, porém, nossos direitos são iguais.(BENGALA LEGAL, 2005)

Assim, um dos maiores desafios para a inclusão social das pessoas com deficiência está nas atitudes de todos, que necessitam ser analisadas e revistas, pois precisamos nos tornar pessoas acessíveis e inclusivas, para realmente tornar a sociedade democrática e igualitária em nossos direitos e deveres.

Algumas sugestões são úteis para recebermos pessoas com deficiência em arquivos, (RESOURCE, 2005), tais como:

- Oferecer ajuda quando for apropriado e quando solicitado pelo deficiente. Antes de auxiliá-lo deve-se ter certeza de que o usuário aceitou a ajuda do

atendente, por exemplo, não se deve pegar no braço de um usuário para levá-lo ao acervo, a não ser que este solicite;

- Tratá-los da mesma forma que todas as pessoas, de forma amigável, pois somos iguais e merecemos o mesmo tratamento;

- Não fazer brincadeiras e perguntas sobre a deficiência, a cadeira de rodas ou sobre o cão acompanhante;

- Sempre perguntar a pessoa com deficiência, não fazer pressuposições, deixando que o mesmo seja seu guia.

3.2 A importância social dos arquivos

Atualmente, a sociedade é composta por pessoas com culturas, etnias, religiões, ideais e outros aspectos diversos, portanto vivemos em um contexto de diversidade, onde as diferenças devem ser respeitadas e aceitas por todos. Buscamos a democracia e a igualdade de direito, em todos os locais, e para que isso ocorra de fato, precisamos oferecer condições acessíveis para que todos cheguem ao mesmo local, inclusive aos arquivos, que tem função social educativa, bem como fornecer e produzir informações.

As instituições arquivísticas assumem um papel de destaque na construção do conhecimento quando disponibilizam os documentos pertencentes aos seus acervos aos cidadãos. Estas instituições têm, portanto uma participação decisiva no processo de pesquisa, e esta contribuição garante muitas vezes todo o processo de investigação científica. (CASTANHO, 2010, p. 10)

O incentivo a educação, a integração com a sociedade, a comunicação e participação social inicia na infância e isso certamente é crucial nos primeiros anos de vida das pessoas com deficiência, pois irá refletir em seu desenvolvimento futuro. Os arquivos, assim como escolas, bibliotecas e museus também têm uma importante contribuição para o desenvolvimento social das pessoas e como um ambiente sócio-educativo que fomenta pesquisas e disponibiliza informações deve ser acessível a todos os seus usuários, proporcionando comodidade e bom atendimento.

“Os arquivos constituem instrumento importante no sentido de assegurar acesso permanente a informação socializando pesquisas, promovendo educação, desenvolvendo capacidades humanas. A sociedade precisa fazer uso de conhecimentos e informações e o papel das instituições arquivísticas é de fomentar a pesquisa mediante diferentes modos de acesso e uso.” (CASTANHO, 2010, p. 24)

Cabe ressaltar que os arquivos possuem função social educativa e de apoio a todos os cidadãos e por isso deve reconhecer e cumprir com seu papel social buscando melhorias que atendam as necessidades das pessoas com deficiência, usuários reais e potenciais dos arquivos.

Os arquivos podem contribuir, não somente para a disponibilização de documentos aos usuários comuns, mas também para o desenvolvimento das pessoas com deficiência, bem como para a integração de cada indivíduo e sua convivência com a sociedade, oferecendo condições adequadas a seu acesso.

Os arquivos têm como missão construir e difundir o conhecimento que armazenam e estão comprometidos com a formação de pessoas críticas que buscam o desenvolvimento social através da educação e de pesquisas científicas. Por isso, compete aos arquivos satisfazer da melhor forma a todos os cidadãos que buscam e necessitam de informações arquivísticas, independente de suas peculiaridades.

A Lei nº 8.213/91 surgiu para garantir e fortalecer os direitos das pessoas com deficiência na sociedade. Além disso, com essa lei essas pessoas têm o direito de participar ativamente da sociedade, entrando principalmente para o mercado de trabalho e sendo incluídas. Isso mostra que a deficiência não os torna incapazes de agir, de ter uma vida social saudável e que são cidadãos que merecem respeito e dignidade como todos os outros.

Segundo Mello,

Como a deficiência não faz parte do nosso universo, a adaptação à nova realidade é sempre dolorosa e muitas vezes irrealizável. Se levarmos em conta que 10% de nossa população é portadora de algum tipo de deficiência, concluiremos que a questão da integração diz respeito a toda sociedade e não só a um número restrito de pessoas (MELLO, 1997, p.14).

É extremamente importante, a conscientização dos órgãos públicos, sobre a função dos arquivos para todos os cidadãos. De acordo com Maciel,

A inclusão social traz no seu bojo a equiparação de oportunidades, a mútua interação de pessoas com e sem deficiência e o pleno acesso aos recursos da sociedade. Cabe lembrar que uma sociedade inclusiva tem o compromisso com as minorias e não apenas com as pessoas portadoras de deficiência. A inclusão social é, na verdade, uma medida de ordem econômica, uma vez que o portador de deficiência e outras minorias tornam-se cidadãos produtivos, participantes, conscientes de seus direitos e deveres, diminuindo, assim, os custos sociais. Dessa forma, lutar a favor da inclusão social deve ser responsabilidade de cada um e de todos coletivamente. (MACIEL, 2000, p. 56).

A acessibilidade e informação devem estar lado a lado, visto que para se chegar a um local que contenha informações é preciso que se tenham condições de acessibilidade, ou seja, adaptações a todos. O arquivo é um dos locais onde isso se torna mais visível e tem por característica principal organizar, guardar, preservar e disseminar a informação e colocá-la à disposição do público, tendo função social essencial, pois contribui para a formação do cidadão. Portanto, o arquivo deve atuar como um verdadeiro centro de documentação, disseminando a informação e divulgando por vários meios os documentos que compõem o seu acervo.

É no atendimento a diversidade que se tem a democracia e o arquivo com seu importante papel que desempenha na sociedade deve colaborar com a inclusão social e mostrar realmente seu valor, socializando e integrando pessoas que vão ao encontro dos arquivos buscar informações e o conhecimento. Assim, devem acolher a todas as pessoas, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas e outras.

O Arquivo Histórico de Cruz Alta contém a história do município, documentos da comunidade local, documentos administrativos, atas (Ilustração 2), que podem ser consultados por qualquer cidadão.

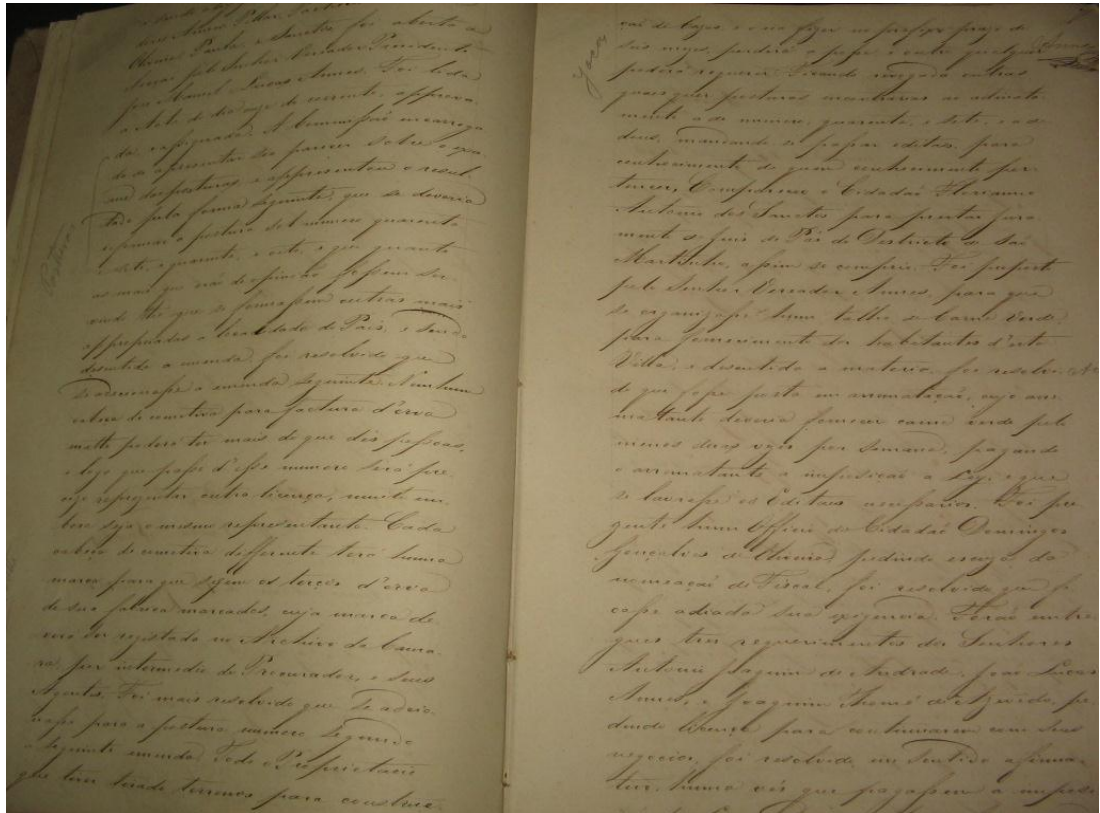


Ilustração 2 – Ata contendo um pouco da história do município de Cruz Alta
Fonte: Do autor

Assim, os arquivos são importantes para os cidadãos que querem conhecer suas origens, realizar pesquisas ou que necessitam de algum documento original de caráter comprobatório e legal.

3.3 Pessoas com deficiência

As pessoas com deficiência possuem a perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica. Apresentam alguma limitação de caráter físico, mental, intelectual ou sensorial e que podem afetar suas tarefas cotidianas, as quais precisam de ajuda ou adaptações especiais para realizar suas atividades. Conforme a Lei nº 10.098 (BRASIL, 2000), a pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida é aquela que “temporária ou permanentemente tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo”.

É relevante expor que as pessoas com deficiência podem ter uma vida normal e independente, pois muitas desenvolvem habilidades que as tornam tão capazes quanto qualquer outra pessoa. A sociedade é que precisa adaptar-se as pessoas, visto que, hoje, todos buscam e querem igualdade de condições para participar ativamente do desenvolvimento social. Basta a sociedade oferecer condições iguais de acessibilidade para propiciar a inclusão social, lembrando que as diferenças são normais na sociedade e cabe a esta eliminar todo tipo de barreira que exclui qualquer cidadão.

Segundo a convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência,

Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas. (CONVENÇÃO..., 2008, p. 6)

Os tipos de deficiência podem ser: deficiência física, deficiência sensorial e deficiência mental. Algumas literaturas divergem quanto à classificação dos tipos de deficiência, sendo que algumas classificam em deficiência sensorial a deficiência visual e a deficiência auditiva enquanto que outras as consideram cada uma como um tipo de deficiência. Aqui a deficiência auditiva e visual serão classificadas como um tipo de deficiência sensorial já que ambas estão relacionadas aos sentidos das pessoas. Para melhor compreendermos as deficiências, abaixo foram explanadas algumas características (CONGRESSO NACIONAL, 2006):

- Deficiência física é a alteração parcial ou completa de um ou mais segmentos do corpo humano, o qual compromete a função física. Exemplos: amputação, paraplegia, tetraplegia, monoplegia, nanismo.

- Deficiência sensorial é uma alteração que compromete os principais sentidos do corpo humano e classifica-se em deficiência auditiva e deficiência visual.

A deficiência auditiva significa a perda total, parcial ou bilateral, de 41 decibéis ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500 Hz, 1000 Hz e 3000 Hz.

A deficiência visual significa ter uma diminuição da resposta visual e até não ter visão. A deficiência visual é causada por doenças congênitas ou hereditárias. A diminuição da resposta visual pode ser leve, moderada, severa, profunda e a ausência da resposta visual (cegueira).

- Deficiência mental está relacionada a problemas de origem no cérebro e que causam dificuldade de aprendizagem, baixa produção de conhecimento e um baixo nível intelectual. A deficiência mental é encontrada em vários graus, desde os mais leves até os mais graves.

A forma como a população vê as pessoas com deficiência, não compreende, nem assume que estas são sujeitos históricos e culturalmente contextualizados. O descaso com as construções arquitetônicas é comprovado através das maneiras com que são utilizadas para a construção de tais prédios que sediam estes estabelecimentos, cabendo ressaltar que muitos deles são prédios antiquíssimos e que, há algum tempo poderiam ter sido adaptados com rampas, bem como elevadores. Somente nos últimos anos, e agora, o tema da acessibilidade tem sido abordado e mostrado com o objetivo de mudar a visão da sociedade em relação as pessoas com deficiência.

Atualmente alguns setores da sociedade tem discutido sobre a necessidade de se construir uma sociedade para todos. Nela, as pessoas com algum tipo de desvantagem deveriam contar com suportes para que pudessem participar de forma igualitária em todas as atividades disponíveis aos demais cidadãos. A ciência e tecnologia deveriam ser colocadas a serviço das necessidades especiais. A diversidade deveria ser respeitada enquanto um valor comunitário. A oportunidade de lazer, de trabalho e de educação deveria estar ao alcance de todos, como resultado de uma sociedade que aprendeu a socializar seus bens culturais e seus mecanismos de desenvolvimento humano. A tão proclamada inclusão social não deve se transformar em mais um chavão conceitual. A questão é bem mais prática. O que precisamos é de uma sociedade mais acolhedora e despida de preconceitos. A comunidade precisa compreender que, quando um de seus membros nasce com deficiências, todos os demais membros devem assumir juntos o compromisso de construir um ambiente inclusivo. (CORRER, 2003, p.18-19)

Os valores que a sociedade atribui aos grupos sociais refletem na conduta da maioria das pessoas e nas ações em prol daqueles que, muitas vezes, são considerados diferentes através de oportunidades compatíveis com suas necessidades. Se a sociedade age de forma aberta e espontânea em relação às inquietudes de sua população e é desprovida de preconceitos, então as pessoas são livres e iguais.

A maneira pela qual uma sociedade lida com os problemas suscitados pela presença de minorias deficientes e desfavorecidas reflete seu conceito fundamental sobre a natureza e o valor do indivíduo, assim como suas pressuposições acerca de suas obrigações comunitárias em relação a ele. (TELFORD; SAWREY, 1988, p.46)

Aleijadinho¹ era um homem que possuía uma deficiência física e isso não o impediu de se tornar um magnífico e reconhecido artista, por isso devemos incentivar a inclusão das pessoas em espaços públicos como arquivos, já que todos os homens são dignos de obter conhecimento e cultura. Talvez, se todos os locais, como arquivos, museus e bibliotecas propiciassem o acesso das pessoas com deficiência, hoje teríamos uma sociedade mais desenvolvida e igualitária.

Além de Aleijadinho, outras tantas pessoas com deficiência se destacaram em suas atividades profissionais e em muitos o mal que os prejudicava, era justamente o mais essencial para desenvolver seus trabalhos, como por exemplo, Beethoven², compositor musical, que aos 52 anos de idade estava surdo. Outro gênio reconhecido, o físico Hawkin, perdeu os movimentos.

Historicamente as pessoas com deficiência foram tratadas de diferentes formas, mas o preconceito sempre existiu e ainda persiste. Além disso, desinformação e negligência são constatados diariamente pelas ruas das cidades, como por exemplo: pessoas ocupam vagas reservadas para pessoas com deficiência em estacionamentos, motoristas de ônibus não param para transportar deficientes visuais e deficientes físicos, faltam rampas nas calçadas, entre outros obstáculos que dificultam e até excluem-nos do convívio harmônico em sociedade.

¹ Antonio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho, era um distinto escultor mineiro, consagrado no estilo Barroco e Rococó. Nasceu aproximadamente em 1738 e faleceu em 1814, aos 76 anos de vida. A partir de 1777 uma doença grave degenerativa começou a desenvolver-se em Aleijadinho, com o tempo foi deformando-lhe o corpo e causando muito sofrimento, mas mesmo assim, nunca desistiu de seu trabalho. Em 1796, época em que já estava doente, recebeu mais uma encomenda para a realização de escultura, a Via Sacra e os Profetas, considerados sua obra-prima, guardados no monumento Santuário do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas. Nos últimos anos de sua vida, trabalhava a noite em local fechado pois assim era mais difícil de ser visto. Ainda perdeu quase todos os dedos de suas mãos e dos pés, ficou quase cego e andava de joelhos.

² Beethoven, compositor musical, considerado um gênio da música erudita, começou a perder sua audição aos 27 anos de idade. Esta deficiência isolava-o da sociedade mas não o afastou da música, e segundo ele essa condição, em sua profissão era atemorizante. Antes de falecer escreveu uma carta e corroborando com o Centro de Referências FASTER, não há dúvida de que os destinatários são todos os seres humanos: "Oh, vós que me considerais e declarais hostil, obstinado ou misântropo, como sois injustos para comigo! Não conheceis as causas secretas que me fazem agir assim(...) E não me era possível dizer às pessoas: 'falem mais alto, gritem, porque estou surdo!' Ah, como podia eu proclamar a falta de um sentido que deveria possuir num grau mais elevado do que qualquer outro, um sentido que outrora foi em mim mais agudo do que em qualquer dos meus colegas?(...) Estou afastado dos divertimentos da vida em sociedade, dos prazeres da conversação, das efusões da amizade (...) Estas circunstâncias levaram-me à beira do desespero e pensei, mais de uma vez, em pôr fim aos meus dias. Somente minha arte me deteve." Esta carta mostra que Beethoven não conseguia se comunicar e que possivelmente não chegou a conhecer a língua dos sinais. A língua dos sinais surgiu no século XVII, na França e o abade L'Epée foi um dos precursores responsáveis pelo avanço e inclusão desta língua na educação, apesar de que posteriormente a língua dos sinais foi abafada pela medicina e pela filosofia. Hoje, a língua dos sinais é reconhecida e é um dos principais meios de comunicação dos surdos. (CENTRO DE REFERÊNCIAS FASTER, 2011)

Corroborando com Correr (2003), cada época tem o seu “espírito do tempo”. A evolução do conceito de deficiência foi lenta e mostra-se excludente e preconceituosa e para melhor compreendermos os motivos pelos quais a sociedade teve esse comportamento, precisamos olhar para a forma com que, através dos tempos, os homens conceberam e trataram estas pessoas.

Vash (1988) identifica três tendências para a explicação sobre a desvalorização da pessoa com deficiência. A primeira seria aquela que considera o preconceito biologicamente determinado, defendendo que o ser humano instintivamente rejeita os mecanismos danificados. Na segunda, a desvalorização ocorreria no plano psicossocial, ou seja, instala-se na dinâmica das relações sociais, um processo de aprendizagem no qual as diferenças marcantes são menos toleradas. A terceira tendência de explicação seria a político-econômica, na qual a deficiência é vista como um ônus para o sistema social, já que além de o indivíduo não ser produtivo no aspecto econômico, prejudica a dinâmica de funcionamento das famílias, da comunidade ou da sociedade mais ampla. (VASH, 1988 apud CORRER, 2003, p. 24)

Na sociedade espartana, o infanticídio era comum, assim como a eliminação de velhos e inválidos, tendo em vista que o ideal de corpo exigia corpos saudáveis para enfrentar as guerras. Nas sociedades primitivas, os homens precisavam ser fortes para enfrentar o tipo de vida que levavam com o nomadismo, onde cada um precisava sobreviver e ainda ajudar seu grupo e, portanto aqueles que apresentavam algum tipo de deficiência eram considerados incapazes de lutar por sua sobrevivência sendo abandonados. Na época clássica, aqueles que possuíam alguma anormalidade eram considerados possuidores de algum demônio, e pela falta de conhecimento das ciências médicas as deficiências eram atribuídas ao misticismo. (MUNHÓZ, 2010, p. 10)

Segundo Rocha (1997 apud CORRER, 2003, p. 26) “Desde a Idade Média, as relações da sociedade com a pessoa com deficiência foram marcadas por práticas de eliminação física, de eliminação social, fonte de piedade, de intolerância, de curiosidade e de estudo”. De acordo com Rocha (2000), “As interpretações místicas e sobrenaturais dos desvios persistiram muito tempo depois de terem sido aceitas as explicações naturalistas dos eventos comportamentais e seqüência de desenvolvimento mais comuns.”

Amaral expõe que “Assim como a loucura, a deficiência na antiguidade oscilou entre dois pólos bastante contraditórios: ou um sinal da presença dos deuses ou dos

demônios; “ou algo da esfera do supra-humano ou do âmbito do infra-humano” (AMARAL, 1994, p. 14 apud ROCHA, 2000).

Figueira (2008, p. 83) ao analisar os momentos da educação especial no Brasil diz que “Tendo como marco inicial a criação de “Imperial Instituto dos Meninos cegos”, em 1854, a Educação Especial pode ser dividida em três períodos distintos; o nascimento das instituições e entidades, o desenvolvimento de legislações específicas e a era da Inclusão Social”. A passos lentos, as mudanças foram se instaurando no decorrer da história. A visão e a compreensão das sociedades sobre a deficiência foram se diversificando e observa-se que os médicos e filósofos foram os que mais influenciaram no desenvolvimento dessa concepção.

O conceito de deficiência ampliou-se para o âmbito das determinações sociais e hoje, discute-se sobre a criação de políticas públicas para inclusão social.

A identidade das pessoas com deficiência modificou-se, nas últimas décadas, em virtude da forma como estas próprias pessoas encaram suas deficiências, como se comportam e exigem seus direitos. Com isso, a prestação de serviços também ampliou seu atendimento a um público que influencia na maneira como lhe prestam os serviços.

De acordo com Marques,

O caminho para a superação desta questão está na busca e no encontro de um sentido para a existência humana, cujo sujeito, o homem, não está determinado pela sua condição física, mental ou sensorial, mas principalmente por seu modo de ser, autêntico e único. Superar a visão passiva e negativa da deficiência, entende-la como mais uma possibilidade no universo da pluralidade de possibilidades e tratar seus portadores como membros ativos da cultura são medidas de garantia para a integração.(MARQUES, 1997, p.22).

O Brasil, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³, IBGE do ano 2000, possui aproximadamente 14,5% da população com alguma deficiência, equivalente a 24,5 milhões de pessoas. No Rio Grande do Sul, temos aproximadamente um contingente de 1.442.325 pessoas com deficiência. É, portanto,

³ Os últimos dados disponíveis do censo realizado sobre o número de pessoas com deficiência são do ano 2000. Este censo não é considerado como uma fonte exata, pois a coleta de dados foi feita através de amostras. O formulário que possui dados de pessoas com deficiência foi aplicado apenas em cada dez domicílios visitados e por isso não representa um número real e total, sendo que as pessoas que possuíam mais de um tipo de deficiência foram contadas apenas uma vez.

uma parte expressiva da população, que pode ser considerada como usuários potenciais de espaços culturais como arquivos. Tendo em vista esses dados,

fica evidente que os museus, arquivos e bibliotecas, a par de possuírem importante papel na preservação do seu patrimônio, devem disponibilizar o mais amplo acesso aos seus edifícios e acervos, atuando como espaços de fruição, conhecimento, autoconhecimento e afirmação da identidade sociocultural de todos os seus freqüentadores. (RESOURCE, 2005, p. 12)

As pessoas com deficiência merecem a mesma atenção e respeito que qualquer cidadão, pois são cidadãos comuns que devem ter seu acesso garantido em qualquer lugar.

Até recentemente, a deficiência era vista como um estado merecedor de benevolência e piedade. Nesse contexto, não era comum oferecer acesso igualitário a serviços ou verdadeiras opções de escolha para usuários portadores de deficiência. Esperava-se que o beneficiado mostrasse gratidão, satisfação e um certo sentimento de culpa, e não lhe era oferecida escolha, a menos que suas deficiências físicas, intelectuais ou sensoriais fossem mínimas. (RESOURCE, 2005, p. 17)

Há um descompasso entre o avanço das tecnologias, inclusive aquelas que tanto beneficiam as pessoas com deficiência, como as tecnologias assistivas, em relação às mudanças sociais. As mudanças sociais são mais complexas, pois envolvem o sentido emocional das pessoas, suas concepções e princípios, que muitas vezes precisam ser revistos.

A partir do momento em que o homem passar a conviver mais com a diversidade sua concepção em relação à estranheza, causada num primeiro momento, irá desaparecer e aí estaremos incluindo e contribuindo para a democracia. Precisamos conviver com todos e aceitar as diferenças que são naturais na sociedade.

A sociedade precisa compreender que as desigualdades naturais são diferentes das desigualdades sociais, uma vez que as desigualdades naturais são produzidas pela natureza e as desigualdades sociais são produzidas pelo homem, pelas relações de domínio econômico, espiritual e político. Assim, para se alcançar o ideal igualitário, seria preciso acabar com a desigualdade social, já que as diferenças de natureza são normais na sociedade e benéficas. (MANTOAN; PRIETO, 2006).

As necessidades das pessoas são diferentes e por isso cabe a todos encontrar alternativas, soluções e adaptações para tornar a sociedade mais inclusiva. Diante dessas diferenças, diferenças de natureza e naturais na sociedade, os arquivos precisam adaptar-se e não devem ser indiferentes em relação à exclusão de pessoas com deficiência.

Conforme Correr, (2003, p.18) “Em nossa sociedade, as pessoas com deficiência representam um sinal de que todos somos diferentes, e que essa diferença, antes de ser algo negativo, pode nos levar a atitudes mais tolerantes com as diversas dificuldades humanas”.

Muitas vezes, as diferenças não são respeitadas e o homem tende a excluir tudo o que é estranho, o que julga ser anormal, mas o que é ser anormal ou normal? A normalidade é relativa, pois aquilo que é normal para algumas pessoas pode não ser para outras e aquilo que é estranho e diferente para alguém, pode não ser para outra pessoa. Teoricamente a normalidade é o padrão imposto pela sociedade daquilo que é dito “normal” ou para a maioria da sociedade, como a moda de roupas. No entanto, segundo Munhóz, (2010, p. 12) “não podemos perder de vista que a noção de norma e normalidade está atrelada à forma como representamos e compreendemos a noção de deficiência”.

A muitas pessoas falta, com certeza, a consciência de que “anormalidade” nada mais é do que uma expressão da natureza e da condição humana, seja qual for o critério que se utilize para o julgamento. Alguns são caracterizados e estigmatizados como anormais pela sociedade. E a mesma sociedade, por vezes, drasticamente, busca a solução para eles. Basta lembrar casos recentes na história como o do 3 Reich na Alemanha, o do Apartheid na África do Sul, o dos que “pensavam diferente” no regime militar brasileiro e as intermináveis lutas sustentadas por minorias étnicas, por sua sobrevivência, ou das majorias, para exterminá-las. (FELTRIN, 2009, p.95)

Atitudes mais sensatas necessitam ser revistas pelas pessoas, pois o primeiro passo para a inclusão social é a conscientização de que todos somos iguais por natureza e que nossas diferenças devem ser respeitadas como diferenças e aceitas. Telford e Sawrey afirmam que a sociedade está buscando auxiliar as pessoas com deficiência.

A sociedade vem assumindo de modo crescente a obrigação de prover auxílio a todos os indivíduos e grupos que, por quaisquer razões, necessitam de assistência. Passou a ocupar-se também da modificação

dessas situações, práticas e crenças errôneas que contribuem para as deficiências dessas pessoas. (TELFORD; SAWREY, 1988, p. 44)

Para refletir, o poema Deficiente de Mário Quintana, mostra a subjetividade do tema e muitas vezes, como a deficiência é vista e precisa ser enxergada com outros olhos.

"Deficiente" é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

"Louco" é quem não procura ser feliz com o que possui.

"Cego" é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria. E só tem olhos para seus míseros problemas e pequenas dores.

"Surdo" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão. Pois está sempre apressado para o trabalho e quer garantir seus tostões no fim do mês.

"Mudo" é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"Paralítico" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"Diabético" é quem não consegue ser doce.

"Anão" é quem não sabe deixar o amor crescer.

E, finalmente, a pior das deficiências é ser miserável, pois "Miseráveis" são todos que não conseguem falar com Deus.

(Mário Quintana)

3.4 Educação inclusiva

A educação inclusiva objetiva que todas as crianças com e sem deficiência tenham acesso a educação em escolas regulares e que suas necessidades sejam atendidas. A educação inclusiva está sendo debatida internacionalmente e busca a equidade de oportunidades para todos, assim como a inclusão social.

Logo no início dos anos 90, um novo conceito surgiu: a inclusão social, um tema explorado em várias partes do mundo, tendo ampla preocupação internacional, que explicitado pela primeira vez em 1990, pela Resolução 45/91, da Assembleia Geral das Nações Unidas, acerca de cinco anos começou a chamar a atenção aqui no Brasil. Formada de uma resolução e regras bem definidas de uma sociedade para todos, consiste da diversidade da raça humana, estando estruturada para atender às necessidades de cada cidadão, das maiorias às minorias, dos privilegiados aos marginalizados. Neste contexto estão incluídos crianças, jovens e adultos com deficiência, os quais serão naturalmente incorporados à sociedade inclusiva, e todas trabalharão juntas, com papéis diferenciados, dividindo iguais responsabilidades por mudanças desejadas para atingir o bem comum. (FIGUEIRA, 2008, p. 105)

A educação inclusiva é um desafio para muitos profissionais educadores que lutam por uma sociedade mais justa e igualitária. A valorização de cada pessoa, a aceitação, a convivência com a diversidade são preocupações de uma escola que tem a missão de promover a educação inclusiva e a inclusão social.

O termo “educação inclusiva” cobre variadas tentativas de atender à diversidade total das necessidades educacionais dos alunos nas escolas de um bairro. Há uma considerável variedade no modo como as pessoas definem esse fenômeno. No final do espectro, uma escola ou um sistema escolar aceita todos alunos nas escolas integradoras, independentemente do fato se encontrarem nas que são integradoras ou em turmas especiais; no outro extremo, todos os alunos são educados de forma conjunta nas classes integradoras no bairro de sua escola. (PACHECO, 2008, p. 14)

Os sistemas de ensino enfrentam dificuldades quanto à inclusão de todos os membros da escola e diante desse quadro é fundamental o papel da escola na luta para eliminar a exclusão, implicando mudanças na estrutura e na cultura escolar.

Atualmente a educação especial encontra-se numa situação de crise de identidade. O monopólio histórico da educação especial na área do ensino de crianças com deficiência parece estar chegando ao fim. Cada vez mais há pressões sociais no sentido da abertura de espaços, para que as pessoas com deficiência saiam de redutos segregados, dentre eles as oficinas de trabalho protegidas e as escolas especiais, e coloquem-se nos espaços comuns da sociedade, isto é, nas escolas regulares, públicas e privadas, e também no mercado de trabalho. (BEYER, 2010, p. 11)

Historicamente observa-se que na tentativa de se incluir, acabou-se ocorrendo uma exclusão social dentro da escola.

A educação inicialmente era um privilégio de um grupo de pessoas, o que excluía outras e era legitimado pelas políticas e práticas educacionais. Com o processo de democratização da escola, os sistemas de ensino universalizam o acesso, contudo continuaram excluindo grupos considerados fora do padrão.

Criaram-se as escolas especiais que substituíram as escolas comuns, com um atendimento educacional especializado.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império, com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi (1926), instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954, é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE; e, em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (MEC/SESP, 2007, p. 2)

Alguns marcos fazem parte da história da educação inclusiva (MEC/SEESP, 2007, p.1):

- Em 1961 a Lei nº 4.024/61, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino;

- Em 1971 A Lei nº 5.692/71, altera a LDBEN de 1961. Essa lei não atende as necessidades educacionais especiais e acaba encaminhando os alunos para as classes e escolas especiais;

- Em 1973, o MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil. Ainda está configurado por campanhas assistenciais e iniciativas isoladas do Estado;

- Em 1988, a Constituição Federal cita no artigo 205 que a educação é um direito de todos e em seu artigo 206 cita a igualdade de condições de acesso e permanência na escola. Em seu artigo 208, garante que é dever do estado o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino;

- Em 1990, a Lei nº 8.069/90, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, reforça que os pais e responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos na rede regular de ensino;

- Em 1990, a Declaração Mundial de Educação para todos reconheceu as deficiências e dificuldades enfrentadas pela educação no mundo, assim, como tantas outras dificuldades sociais e que era necessário melhorá-la para se alcançar

um desenvolvimento pessoal e social. Lutou para a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem e pela universalização da educação;

- Em 1994, Declaração de Salamanca congrega a comunidade internacional e a todos os governos e declara que toda a criança tem direito a educação e aquelas que possuem necessidades educacionais especiais devem ter acesso a escola regular sendo que esta deve satisfazer as suas necessidades, ser acolhedora e inclusiva;

- Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial. Essa política mantém os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem. A responsabilidade da educação de pessoas com deficiência continua no âmbito da educação especial;

- Em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, cita no artigo 59 que os sistemas de ensino devem atender a demanda e as necessidades dos alunos, como currículo, métodos, recursos e organização específicos;

- Em 1999, o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade que atinge a todos os níveis e modalidades de ensino. Além disso, enfatiza a atuação complementar da educação especial ao ensino regular;

- As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que os sistemas de ensino tem o dever de matricular todos os alunos e cabe as escolas se organizar para atender os alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando uma educação de qualidade para todos;

- O Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001 apontou um déficit sobre a oferta de matrículas aos alunos com deficiência de classes comuns do ensino regular. Também apontou um déficit quanto à formação docente, a acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado;

- A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, pregou a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e sua total integração na sociedade;

- A resolução CNE/CP nº 1/2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que

instituições de ensino superior devem prever, em sua organização curricular, professores que tenham formação especializada para atender as pessoas com necessidades educacionais especiais;

- A Lei nº 10.436/02 trata da oficialização da Língua Brasileira de Sinais, Libras, como um meio de comunicação e expressão beneficiando as pessoas das comunidades surdas do Brasil;

- A Portaria nº 2.678/02 do MEC aprova a Grafia Braille, bem como diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino em todo o país;

- Em 2003, foi implementado o Programa de Educação Inclusiva, pelo MEC. Este programa visou transformar os sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos promovendo a formação de gestores e educadores com formação especializada para atender o acesso de todos na escola;

- Em, 2004, o decreto nº 5.296/04 regulamentou as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

- Em 2006, a ONU aprovou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, que busca a igualdade de direitos e de oportunidades para todas as crianças, e estabelece que os Estados-Partes devem garantir a educação inclusiva em todos os níveis de ensino.

- Em 2007, surge a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, criada pela Portaria Ministerial n.555. É uma ação global com intuito de proporcionar a inclusão de todos os alunos na escola sem qualquer tipo de discriminação, e está fundamentado na concepção dos direitos humanos e objetiva o atendimento das diversidades humanas e singularidades de aprendizagem na escola.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais, garantindo:

Transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior;

Atendimento educacional especializado;

Continuidade da escolarização nos níveis mais elevados do ensino;

Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar;

Participação da família e da comunidade;
Acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos,
nos transportes, na comunicação e informação; e
Articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.
(MEC/SEESP, 2007, p. 8)

Nos últimos anos novas propostas passaram a orientar novas políticas educacionais, pois a alguns anos atrás, pouco se ouvia falar em educação inclusiva. Recentemente é que se passou a pensar a inclusão na escola regular, principalmente nas ultimas décadas, pois antes disso as pessoas com deficiência freqüentavam as escolas especiais enquanto que as pessoas consideradas normais freqüentavam as escolas regulares. Contudo, hoje, pensa-se que as pessoas com ou sem deficiência podem freqüentar as escolas regulares e construir um caminho conjunto, pois educar também é confrontar-se com a diversidade e conviver com as pessoas de forma construtiva.

A educação inclusiva tem sido discutida em termos de justiça social, pedagogia, reforma escolar e melhorias nos programas. No que tange à justiça social, ela se relaciona aos valores de igualdade e de aceitação. As práticas pedagógicas em uma escola inclusiva precisam refletir uma abordagem mais diversificada, flexível e colaborativa do que em uma escola tradicional. A inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todas as crianças que desejam matricular-se em sua localidade, em vez de esperar que uma determinada criança com necessidades especiais se ajuste à escola (integração). (PACHECO, 2008, p. 15)

Para uma escola receber os alunos com deficiência, é preciso que haja empenho e dedicação de um grupo de pessoas, que envolve os pais, quadro de pessoal da escola, preparação de professores, preparação e adequação do currículo escolar, enfim envolve a colaboração, o comprometimento e responsabilidade de muitas pessoas. (PACHECO, 2008, p. 30)

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (MEC/SEESP, 2007, p. 10)

A participação da família, da escola e da comunidade é fundamental para que a inclusão ocorra e para isso é preciso que todos tenham preparo. As escolas

necessitam investir na formação continuada de professores a fim de que estes possam atender a todos os alunos com deficiência. Também é preciso que haja adaptações físicas e curriculares nas escolas.

Quanto a formação de professores, os cursos de formação (inicial e continuada), as políticas educacionais e a organização das próprias escolas deveriam dedicar um espaço privilegiado à reflexão em torno da educação inclusiva. As políticas da educação inclusiva devem partir da base, isto é, da escola, da sua organização, do seu corpo docente e da comunidade escolar. Caso contrário, a educação inclusiva, além de restringir-se à mera vontade política (tecnocrática?), poderá provocar frustrações nos profissionais envolvidos e na comunidade escolar (pais, alunos, professores, etc.), e uma conseqüente indisposição para a continuidade do processo. (BEYER, 2010, p. 67)

A explanação de Beyer afirma que há uma tendência social para a abertura de espaços comuns da sociedade a pessoas com deficiência. Embora, esta abertura ocorra a passos lentos, é fundamental que arquivos abram suas portas para estas pessoas, democratizando o direito de todos os usuários de obter informações e conhecimento. Cabe dizer ainda que é por meio da educação que podemos modificar a realidade das pessoas com deficiência e guiar seus caminhos ressaltando que os arquivos possuem função social educativa e de apoio a educação.

Muitos componentes, elementos e idéias podem ser explorados na relação arquivo/educação, na medida em que se concebe que é por meio da educação que o homem nutre valores vivenciados ao longo de sua existência. E é por meio da educação que se conquista sua cidadania. Neste sentido, os arquivos assumem uma função primordial ao incentivar a valorização da memória. (CASTANHO, 2010, p. 22).

3.5 Direito a informação

O direito de acesso às informações garante que todos os cidadãos possam acessar os arquivos e consultar as informações que necessitam. Segundo Fonseca (1999, n.p.), “a inclusão do direito a informação na Declaração dos Direitos Humanos de 1948 transforma o acesso aos arquivos em direito democrático de todos os cidadãos, e não mais uma reivindicação da pesquisa científica ou histórica.” Assim, os arquivos podem apoiar as pessoas na defesa de seus direitos.

Quando se pensa em direitos da pessoa com deficiência, o ponto de partida é a Constituição Federal, que assegura uma série de garantias.

A Constituição assegura direitos:

de forma genérica- : considerando a pessoa com deficiência simplesmente como “PESSOA” e, assim, em igualdade de condições com as pessoas que não têm deficiência, e

de forma específica: - expressamente fazendo referência à “PESSOA COM DEFICIÊNCIA”.

De forma genérica, as pessoas com deficiência, pelo simples fato de serem PESSOAS, dispõem do direito à igualdade, saúde, educação, cultura, esporte, acesso à Justiça e defesa pelo Ministério Público, dentre outros.

De forma específica, as pessoas com deficiência dispõem do direito ao trabalho, previdência e assistência social, educação e acessibilidade.

Saindo do plano constitucional, cada um destes direitos vem melhor detalhado por meio de leis e decretos específicos. (PEREIRA, 2008, p.11)

Estes direitos referidos na Constituição, embora apresentem legislação específica, foram inicialmente tratados pela Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Esta lei dispõe sobre a política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência e decreta, de acordo com a Câmara dos Deputados (2009, p. 262) “o conjunto de orientações normativas que objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência”.

A Lei nº 7.853, de 24 de janeiro de outubro de 1989 criou a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, popularmente conhecida como a Lei da CORDE.

A Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, é o órgão de assessoria da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, responsável pela gestão de políticas voltadas para integração da pessoa portadora de deficiência, tendo como eixo focal a defesa de direitos e a promoção da cidadania (RELATÓRIO AZUL, 2003, p. 231).

A CORDE tem a função de implementar a política nacional para a integração da pessoa com deficiência através da sua atuação em dois sentidos: primeiro garantindo a atribuição normativa e reguladora no âmbito federal; segundo desempenhando a função articuladora de políticas públicas no âmbito federal e em esferas governamentais. (RELATÓRIO AZUL, 2003). A Lei nº 7.853/89,

estabeleceu medidas a serem adotadas nas áreas de educação, saúde, trabalho, dentre outros, disciplinando a atuação do Ministério Público, na proteção judicial de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência e também definiu os crimes no caso da violação destes direitos.

Apesar de promulgada em 1989, a Lei nº 7.853 somente veio a ser regulamentada 10 anos depois, em 1999, por meio do Decreto nº 3.298/99. (PEREIRA, 2008, p. 11-12)

A legislação assegura a pessoa com deficiência o exercício de seus direitos básicos, tais como: educação, saúde, trabalho, desporto, lazer, previdência social, transporte, habitação, cultura e os direitos que constam na lei em vigor, que lhes proporciona bem-estar pessoal, social e econômico.

A sociedade e principalmente as pessoas com deficiência devem estar informados e conscientizados sobre os seus direitos. De acordo com a Lei federal nº 10.098/00,

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação. (PEREIRA, 2008, p. 35)

Para regulamentar a Lei nº 10.098/00, existe o decreto nº. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Segundo o decreto nº. 5.296/04,

Art. 23. Os teatros, cinemas, auditórios, estádios, ginásios de esporte, casas de espetáculos, salas de conferências e similares reservarão, pelo menos, dois por cento da lotação do estabelecimento para pessoas em cadeira de rodas, distribuídos pelo recinto em locais diversos, de boa visibilidade, próximos aos corredores, devidamente sinalizados, evitando-se áreas segregadas de público e a obstrução das saídas, em conformidade com as normas técnicas de acessibilidade da ABNT. (PEREIRA, 2008, p. 36)

O projeto de Lei do senado nº 6/2003 institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e segundo Paim (2003, p.7) é “destinado a assegurar a integração social e o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos das pessoas acometidas por limitações físico-motora, mental, visual, auditivas ou múltiplas, que as torne hipossuficientes para a regular inserção social”.

No Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência, artigo 53, inciso III, consta que os órgãos e entidades da administração pública devem incentivar a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em todas as áreas do conhecimento relacionadas aos portadores de deficiência. Isso significa que os museus, bibliotecas e arquivos têm o compromisso de fomentar o conhecimento e auxiliar os usuários na busca pelo

mesmo, mas para isso devem conscientizar-se de sua função para a inclusão social e adaptar-se a todos as pessoas.

Ainda, no artigo 56, o Estatuto da Pessoa Portadora de deficiência, cita que

as bibliotecas, os museus, os locais de reuniões, conferências, aulas e outros ambientes de natureza similar disporão de espaços reservados para pessoa que utilize cadeira de rodas e de lugares específicos para pessoa portadora de deficiência de natureza auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com as normas da ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação. (PAIM, 2003, p.25).

As informações arquivísticas são de fundamental importância a todos, visto que os documentos de arquivo têm caráter comprobatório, testemunham ações governamentais, garantem a transparência administrativa e ainda asseguram direitos de cidadania das pessoas.

O respeito aos cidadãos faz parte dos deveres da administração pública, por isso a administração deve viabilizar o acesso à informação. A Constituição Federativa do Brasil é clara: “Cabe à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem” (BRASIL, Constituição, 1988, Art. 216, § 2º apud CONSTANTE, 2010, p. 10)). O acesso à informação pressupõe transparência administrativa e, nesse sentido, as administrações devem observar cuidadosamente os dispositivos da democracia, atentando para a igualdade dos cidadãos frente ao poder público. A informação devidamente tratada constitui proteção às administrações, à medida que testemunham ações governamentais e poderão assegurar os direitos de cidadania. Assim, as políticas públicas referentes à Arquivística e à Gestão Documental apenas se constituirão como tais se conseguirem refletir as suas especificidades. (CONSTANTE, 2010, p. 10)

Conforme explicitado por Constante (2010), o acesso as informações arquivísticas é um direito de todos assegurado pela Constituição do Brasil de 1988, ressaltando que a administração pública deve franquear a consulta a todos que necessitem e desejarem as consultar. Além disso, na lei dos arquivos, Lei nº 8.159, no artigo 22 consta que “É assegurado o direito de acesso pleno aos documentos públicos”.

O preâmbulo descrito na Convenção dos direitos das pessoas com deficiência da Organização das Nações Unidas (CONVENÇÃO..., 2008, p. 5) ressalta que a acessibilidade deve estar presente na cultura, portanto nos arquivos e assim “Reconhecendo a importância da acessibilidade aos meios físico, social, econômico e cultural, à saúde, à educação e à informação e comunicação, para possibilitar às

peças com deficiência o pleno desfrute de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais”.

O artigo 4 da mesma Convenção se compromete em:

- g) Realizar ou promover a pesquisa e o desenvolvimento, bem como a disponibilidade e o emprego de novas tecnologias, inclusive as tecnologias da informação e comunicação, ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, adequados a pessoas com deficiência, dando prioridade a tecnologias de custo acessível;
- h) Propiciar informação acessível para as pessoas com deficiência a respeito de ajudas técnicas para locomoção, dispositivos e tecnologias assistivas, incluindo novas tecnologias bem como outras formas de assistência, serviços de apoio e instalações; (CONVENÇÃO..., 2008, p. 8)

O artigo 21 da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência (2008, p.18) trata do acesso as informações e declara que estas pessoas têm a “liberdade de buscar, receber e fornecer informações e idéias, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas e por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha”. Além disso, cita:

- a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
- b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;
- c) Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da Internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência;
- d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;
- e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais. (CONVENÇÃO...,2008, p. 18)

Um dos princípios da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência é “O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade”. Corroborando a esse pensamento, Correr (2003, p.33) afirma “O desafio de garantir o direito a participação de todas as pessoas na sociedade é integrado ao desafio de o fazer com garantia também de qualidade de vida. A sociedade, de maneira geral, coloca outro conceito em pauta: a questão do respeito à diversidade.”

As pessoas com deficiência têm direito a participação na vida cultural tanto quanto as pessoas que não possuem deficiência e conforme o artigo 30 da Convenção sobre o direito das pessoas com deficiência (2008, p. 26), os estados partes devem tomar medidas para que todos possam desfrutar e “Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, bibliotecas e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional”. De acordo com este artigo, os locais culturais devem proporcionar acessibilidade a todos, inclusive arquivos.

Os bens culturais que constituem o patrimônio cultural brasileiro merecem a preocupação do poder constituinte, o qual os alçou à qualidade de direito fundamental. O homem só é respeitado integralmente se a sua cultura também é respeitada e, nessa perspectiva, a proteção constitucional do patrimônio cultural é uma decorrência da proteção a própria. (ACESSIBILIDADE A BENS CULTURAIS, s/a, n.p.)

Conforme a citação anterior, o homem é respeitado se sua cultura também for respeitada.

A existência de legislação asseguradora de direitos, no entanto, não garante que estes sejam respeitados e cumpridos pela sociedade como um todo. Para tanto, os direitos da PPDs precisam ser reconhecidos e assumidos como responsabilidade de todos, o que implica em modificação cultural significativa que resulte em aceitação e respeito pelas diferenças. (RELATÓRIO AZUL, 2003, p. 223).

Além de leis que garantam os direitos das pessoas com deficiência, é preciso que se tenha equidade de oportunidades, pois somente em condições iguais é que alcançaremos a tão sonhada igualdade. Almejamos a igualdade e para isso precisamos promover a equidade de oportunidades que depende de cada um de nós. O acesso as informações é um importante passo na garantia dos direitos constitucionais de todas as pessoas e conhecendo os seus direitos, estas podem reivindicar melhorias para qualidade de vida e para atingir a igualdade.

Mas, para se alcançar a igualdade e participação plena, não bastam as medidas de reabilitação a PPD, pois “...a vida cotidiana, incluindo a vida familiar, educação,...trabalho, segurança econômica e pessoal, participação em grupos sociais... acesso a instalações públicas, à liberdade de movimentação...”, deve refletir que “...o princípio de igualdade de direitos entre pessoas com ou sem deficiência significa que as necessidades de todo indivíduo são de igual importância e que essas necessidades devem

constituir a base do planejamento social e todos os recursos devem ser empregados de forma a garantir uma oportunidade igual de participação a cada indivíduo. Todas as políticas referentes as PPDs devem assegurar o acesso das pessoas com deficiência a todos os serviços da comunidade”. (RELATÓRIO AZUL, 2003, p. 221).

Promovendo a difusão de informações para que todos tenham acesso ao conhecimento, estaremos contribuindo para o desenvolvimento social e ainda estaremos reconhecendo a diversidade. Com isso, a diversidade é benéfica em nossa sociedade e assim podemos unir esforços para o crescimento conjunto e a inclusão de todos os cidadãos. Maciel (2000, p. 54) lembra que “o princípio fundamental da sociedade inclusiva é o de que todas as pessoas portadoras de deficiência devem ter suas necessidades especiais atendidas. É no atendimento das diversidades que se encontra a democracia”.

3.6 Acessibilidade em arquivos

A administração pública, inclusive as prefeituras municipais devem adaptar-se as exigências das normas da ABNT, a NBR9050, adequando-se aos padrões que possibilitam a inclusão social.

Algumas medidas que podem ser adotadas para melhorar a situação de acessibilidade (RESOURCE, 2005) em arquivos são:

- Rampas;
- Elevadores;
- Piso tátil;
- Corrimãos;
- Banheiros com adaptações;
- Corredores largos o suficiente para que cadeirantes possam circular;
- Estacionamento para deficientes;
- Vias de acesso a edifícios;
- Entradas e saídas;
- Áreas para recepção;
- Pontos de informação ou de serviços;

- Espaços próprios para reuniões, pesquisa, atividades educativas e exposições com lugares reservados a pessoas com deficiência;
- Mobiliários adequados a todos;
- Cuidado com acústica e amplificação sonora;
- Iluminação com contraste de cores no ambiente;
- Saída de emergência segura.

Se estes itens forem levados em conta ao se fazer um novo projeto de edifício ou uma reforma em um arquivo, a inclusão e a acessibilidade farão parte do ambiente.

A preocupação existente com a acessibilidade é admirável em um país como o Reino Unido, visto que adota várias medidas que permitem o acesso a todas as pessoas em todos os ambientes, bem como arquivos, museus e bibliotecas. A mídia brasileira tem mostrado a necessidade da acessibilidade e este é um tema que necessita ser explorado e estudado a fim de contribuir para uma melhora no acesso a arquivos e melhora da qualidade de vida das pessoas com deficiência.

As novas tecnologias estão favorecendo as condições de acesso nos arquivos, a exemplo disso, pode-se citar o caso do Reino Unido, onde se criam novas formas de disponibilizar as informações.

Novas maneiras de tornar as informações acessíveis aos portadores de deficiência estão constantemente sendo desenvolvidas. Entre elas estão a descrição de acervos de museus e arquivos para visitantes com deficiência visual, sistemas de símbolos para pessoas com dificuldade de aprendizagem, vídeos e recursos na internet em língua britânica de sinais. As bibliotecas estão começando a incluir as necessidades de usuários com dislexia em seus planejamentos e na maneira como expõem e divulgam seus acervos. (RESOURCE, 2005, p. 72)

Este belo exemplo poderia ser seguido por todos os países que buscam a equidade de oportunidades, de direitos e de valores aos seus cidadãos. Nesse cenário, os arquivos poderiam ser locais de integração das pessoas aliado a busca pelo conhecimento e fomento de pesquisas.

Segundo o Centro de Documentação e Informação do Portador de Deficiência (CEDIPOD), é responsabilidade do poder público, conforme a Lei federal nº 7.853, na área de edificações, “a adoção e a efetiva execução de normas que garantam a funcionalidade das edificações e vias públicas, que evitem ou removam os óbices às

peças portadoras de deficiência, e permitam o acesso destas a edifícios, a logradouros e a meios de transporte”.

O uso de edifícios, serviços e acervos de museus, arquivos e bibliotecas precisa ser acessível a todos, seja como visitantes, empregados ou voluntários. Adaptações exclusivas, como entrada ou recepção separada para portadores de deficiência, devem ser evitadas sempre que possível a fim de evitar a separação entre as pessoas. Pode-se chegar a uma melhor solução usando princípios inclusivos no projeto arquitetônico e também através de mudanças atitudinais.

3.7 Equipamentos facilitadores e tecnologias assistivas

As tecnologias assistivas (TA) são os instrumentos, equipamentos ou sistemas técnicos usados por pessoas com necessidades especiais que auxiliam em suas atividades diárias e através destas a possibilidade de comunicação é significativamente maior. Com as tecnologias assistivas, as pessoas com deficiência poderão ter uma vida mais independente e inclusiva.

Segundo Lima Junior e Santana,

TA tanto refere-se a dimensão instrumental da produção e utilização de suportes materiais potencializadores ou substitutivos de habilidades e faculdades humanas, como o processo crítico, criativo, transformativo mais amplo voltado para a inclusão social e legitimação dos direitos humanos das pessoas com deficiência. Igualmente, também se refere aos usos criativos e transformadores das bases instrumentais instaladas, vez que sua mera disponibilização não garante automaticamente que sejam utilizadas com a intenção política de incluir e transformar situações sociais de desigualdade. (LIMA JUNIOR; SANTANA, 2010)

Atualmente diversos equipamentos facilitam a vida dos usuários, como leitores de tela, que além de ler em voz alta possuem interface adaptativa. Um recurso deste tipo e bastante interessante é o Dosvox.

O Programa realiza a comunicação com o deficiente visual através de síntese de voz em Português, sendo que a leitura de textos pode ser configurada para outros idiomas. O que diferencia o DOSVOX de outros leitores de tela é que no DOSVOX, a comunicação homem-computador é muito mais simples, e leva em conta as especificidades e limitações das pessoas. Ao invés de simplesmente ler o que está escrito na tela, o DOSVOX estabelece um diálogo amigável, através de programas

específicos e interfaces adaptativas. Isso torna-o insuperável na facilidade de uso para os que vêm no computador um meio de comunicação e acesso que deve ser o mais confortável e amigável possível. (TECNOLOGIAASSISTIVA, 2007)

Além do Dosvox, outros instrumentos podem estar disponíveis em arquivos auxiliando o cotidiano das pessoas com deficiência:

- Guias em braile;
- Livros em braile;
- Mapas em braile;
- Leitores autônomos que convertem o conteúdo em áudio ou linha braile;
- Ampliadores de tela;
- Impressora a braile;
- Teclados alternativos;
- Computadores com software especiais de leitura e teclados ampliados com mouses especiais;

A seguir, são apresentados alguns dos conceitos das tecnologias assistivas citadas e outras que apoiam o uso de computadores (MELO; COSTA; SOARES, 2006).

Leitores de tela com síntese de voz: São aplicativos que possibilitam a leitura de informações textuais através de um sintetizador de voz. É um recurso muito benéfico para deficientes visuais já que este programa basicamente lê para a pessoa o que está na tela.

Ampliadores de tela: São aplicativos que auxiliam as pessoas que possuem baixa visão, através da ampliação de parte do conteúdo apresentado na tela do computador, fazendo com que as pessoas com baixa visão entendam melhor textos e imagens de documentos de arquivo.

Teclados alternativos: São os dispositivos físicos ou programas de computador que possibilitam outra alternativa para acionar teclas. Exemplos: Teclados com espaçamento maior ou menor entre as teclas, que aciona uma tecla por vez; simuladores do teclado na tela do computador, como o Teclado Virtual do Sistema Operacional Microsoft Windows.

Dispositivos apontadores alternativos: São alternativas ao mouse que possibilitam que sejam acionados elementos de uma interface gráfica e a seleção de

seu conteúdo. Exemplos: dispositivos/aparelhos que são acionados para serem utilizados com os olhos, pés ou mãos.

Ponteiras de cabeça: São ferramentas que auxiliam as pessoas que tem dificuldade em utilizar o teclado da forma convencional e por isso serve para apoiar e acoplar a cabeça

Sistemas de entrada de voz: É um sistema que auxilia pessoas que possuem os membros superiores comprometidos através do uso da voz para comandar o computador. Para usar essa tecnologia é preciso que se tenha um programa para reconhecimento de voz e é necessário configurar o sistema multimídia para apoiar a interação entre o usuário e o computador.

4 METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada no Arquivo Histórico de Cruz Alta, onde foram analisadas as condições de acessibilidade e conseqüentemente de inclusão social. Segundo Marconi e Lakatos.

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões dos cientista. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.46)

A metodologia é o caminho a ser seguido pelo cientista na busca em fazer ciência e para isso atenta para os procedimentos, ferramentas e meios que se utilizará para realizar a pesquisa, sendo fundamental para a formação do cientista. Contudo, por outro lado, Demo afirma que:

É um erro superestimar a metodologia, no sentido de cuidar mais dela do que de fazer ciência. O mais importante é chegarmos onde nos propomos chegar, ou seja, a fazer ciência. A pergunta pelos meios de como chegar lá é essencial também, mas é especificamente instrumental. Somente o metodólogo profissional faz dela sua razão de ser, principalmente o filósofo da teoria do conhecimento. Mas, para o cientista em geral, é apenas disciplina auxiliar (DEMO, 2009, p. 19).

Neste trabalho, sob o ponto de vista de sua natureza a pesquisa foi classificada em aplicada porque objetivou gerar conhecimento para solucionar um problema. Quanto à forma de abordagem, a pesquisa foi classificada em qualitativa, pois o arquivo foi analisado indutivamente e após descrito, sendo que o ambiente natural foi a fonte direta para coleta de dados.

Esta pesquisa classifica-se em descritiva já que visa descrever as características de acessibilidade e inclusão social no arquivo, utilizando-se a técnica da observação individual.

A observação ajuda o pesquisador na identificação e obtenção de provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não tem consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha importante papel nos processos observacionais, no contexto da descoberta e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 275).

De acordo com os procedimentos técnicos a pesquisa é classificada em bibliográfica por utilizar livros, artigos de periódicos, artigos de bases de dados online e sites disponíveis na internet.

A bibliografia selecionada foi retirada de fontes que contribuíram para encontrar dados relevantes. Ainda, a pesquisa realizada é um estudo de caso, permite seu estudo detalhado retratando a realidade de forma ampla e enfatiza a interpretação do contexto.

Segundo Edna Silva (2001, p.29), o planejamento da pesquisa compreende etapas, tais como: escolha do tema, revisão de literatura, justificativa, formulação do problema, determinação de objetivos, metodologia, coleta de dados, análise e discussão dos resultados, conclusão, redação e apresentação do trabalho.

O método científico de abordagem utilizado na pesquisa foi o dedutivo, pois houve a formulação de hipóteses baseadas em premissas, onde se procurou confirmar essas hipóteses.

Para a coleta de dados e posteriormente análise e discussão dos resultados foi aplicado um questionário para cada tipo de usuário, um para o usuário interno (Apêndice A), com dez questões subjetivas e abertas e outro para os usuários externos (Apêndice B) com dez questões objetivas, de múltipla escolha e questões subjetivas e abertas. Segundo Martins e Lintz (2007, p.38), "Questionário é um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis, e situações, que se deseja medir, ou descrever".

O número de participantes escolhidos foi de acordo com o número de pessoas disponíveis encontradas no arquivo que aceitaram contribuir e responder ao questionário, totalizando oito questionários aplicados. Para o usuário interno o questionário foi entregue no próprio arquivo, mas para os usuários externos foi necessário procurar alguns que já haviam freqüentado-o, já que no momento da pesquisa não haviam usuários para aplicar o questionário.

O termo de livre consentimento foi entregue e assinado pelo responsável do arquivo que autorizou a investigação e realização da pesquisa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A etapa da análise e discussão dos dados descreve os procedimentos adotados para se fazer a análise qualitativa. Representa o encerramento do trabalho com a exposição dos resultados e das sugestões e alternativas para o melhor desenvolvimento do objeto de estudo.

Aplicou-se um questionário para um usuário interno a fim de compreender o contexto social do arquivo como a acessibilidade, conhecer suas expectativas, críticas e sugestões ao ambiente de trabalho e em relação ao tema abordado. Além disso, aplicou-se outro questionário aos usuários externos que visitaram o arquivo, para analisar quais as suas inquietações em relação ao arquivo e se consideram o espaço acessível e inclusivo.

5.1 Acessibilidade no Arquivo Histórico de Cruz Alta

O prédio que abriga o arquivo não está totalmente adequado para sediar o mesmo. Além de estar alocado no terceiro andar, o arquivo não corresponde inteiramente às normas da ABNT e as recomendações da NBR9050.

Para se criar ambientes acessíveis é preciso que as necessidades de um amplo espectro de portadores de deficiência sejam identificadas, que haja um compromisso em suprir essas necessidades e que a implementação dos requisitos seja bem planejada e gerenciada. Isso se aplica tanto a projetos de novos edifícios como a reformas ou adaptações realizadas com o intuito de solucionar algum problema de acessibilidade identificado (RESOURCE, 2005, p.96).

Verifica-se que a Lei nº 10.098 não está diretamente presente em muitos arquivos brasileiros, como no Arquivo Histórico de Cruz Alta. Um dos artigos que a lei trata cita que:

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência

auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação. (BRASIL, Lei n. 10.098, 2000).

Os arquivos possuem um papel fundamental para os cidadãos que buscam os documentos de arquivo, servem como fonte de suas pesquisas e garantem o processo de investigação científica. Diante de sua importância, algumas barreiras deveriam ser eliminadas, tais como arquitetônicas. De acordo com a Lei nº 10.098, artigo 2, inciso II, barreiras são:

qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas, classificadas em:

- a) barreiras arquitetônicas urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público;
- b) barreiras arquitetônicas na edificação: as existentes no interior dos edifícios públicos e privados;
- c) barreiras arquitetônicas nos transportes: as existentes nos meios de transportes;
- d) barreiras nas comunicações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa. (BRASIL, Lei n.10.098, 2000)

O Arquivo Histórico de Cruz Alta apresenta escadas íngremes que dificultam a subida de pessoas com deficiência e até mesmo de idosos, sendo este o principal problema e o primeiro enfrentado pelos usuários. Além das escadas serem íngremes, estas são estreitas, o que dificultam a subida de mais de uma pessoa lado a lado. (Ilustração 3).

O corrimão é fundamental para que as pessoas se apoiem ao subir e descer as escadas, contudo não apresentam corrimão em toda a sua extensão. (Ilustração 4). Com isso, apesar de haver corrimão em parte das escadas, a acessibilidade por pessoas com deficiência e por idosos torna-se limitada, sendo que ao chegarem no prédio e se deparar com as escadas, muitas vezes, acabam desistindo de realizar a visita. Outros usuários com deficiência, que possuem acompanhantes, conseguem subir com o apoio destes e dos usuários internos do arquivo, os quais acolhem a todos com muita atenção e dedicação.

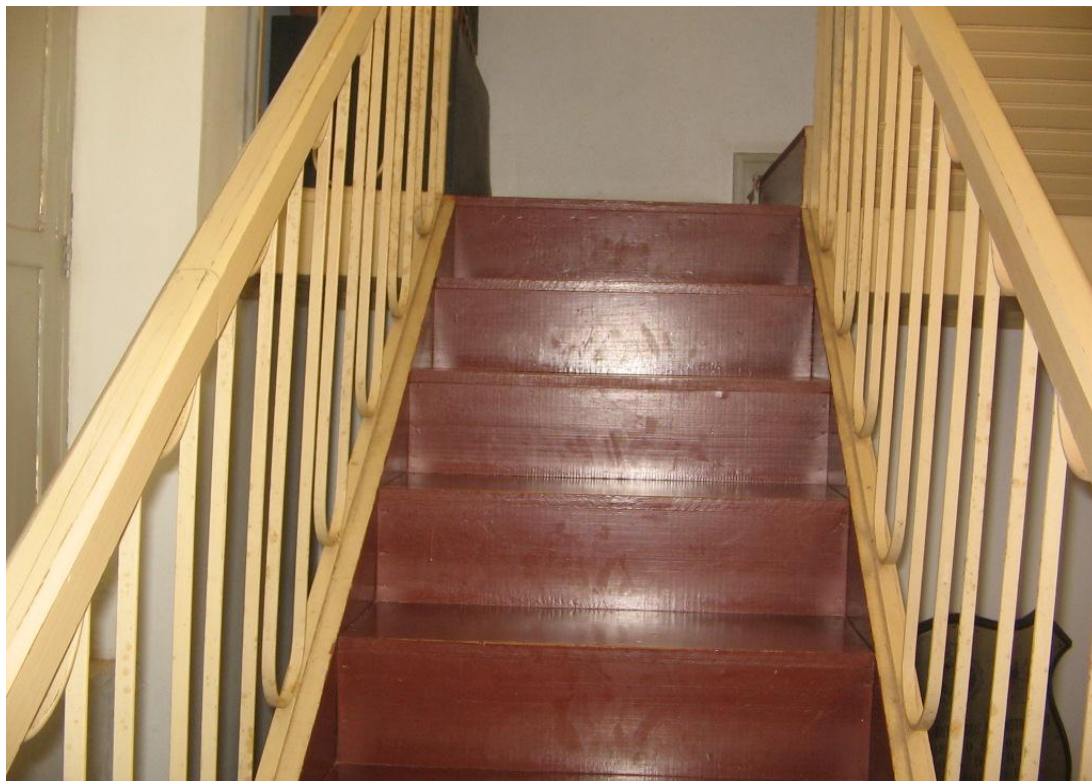


Ilustração 3 – Escadas internas na entrada do prédio do Arquivo Histórico de Cruz Alta
Fonte: Do autor

Os banheiros são pequenos e não apresentam todas as adequações para pessoas com deficiência, não estão de acordo com a lei nº 10.098/2000 e não seguem as normas da ABNT, NBR9050/2004, dificultando o uso por estes usuários. (Ilustração 5).

Além disso, não há materiais alternativos, como documentos em braile, guias em braile, computadores adequados a todos os usuários com leitores de tela, mouses adaptados e outras tecnologias assistivas que facilitam o acesso as informações pelos usuários com deficiência.

A proposta de inclusão da pessoa portadora de deficiência na vida em seus múltiplos aspectos, corresponde à democratização do saber e ao exercício dos Direitos Humanos na vivência da equiparação das oportunidades oferecidas que podem facilitar a conquista da cidadania pelas PPDs. O direito a informação e a comunicação e a prática da cidadania afirma que os Direitos Humanos significam uma passagem de uma realidade de exclusão social para o direito de cidadão. (RELATÓRIO AZUL, 2003, p.223).



Ilustração 4 – Parte das escadas do Arquivo Histórico de Cruz Alta possui corrimão em apenas um dos lados.

Fonte: Do autor



Ilustração 5 – O banheiro do Arquivo Histórico de Cruz Alta não possui adaptações para pessoas com deficiência.

Fonte: Do autor

Constatou-se que o prédio do Arquivo não possui todas as condições necessárias de acessibilidade, tais como:

- Rampas;
- Elevadores;
- Banheiros com adaptações;
- Estacionamento reservado para deficientes.

A falta de acessibilidade dificulta que algumas pessoas realizem visita ao prédio que abriga o Arquivo Histórico de Cruz Alta, sendo que algumas pessoas desistem da visita. Certamente as pessoas com deficiência são usuários potenciais do arquivo, contudo este precisa adotar políticas inclusivas e adequar-se a todos para desempenhar sua função social e educativa com mais êxito.

Quando estão pesquisando informações, os usuários precisam de um lugar silencioso para trabalhar, com boa iluminação natural, que pode ser complementada com focos de iluminação artificial. Alguns requisitos básicos do ambiente físico que proporcionam acessibilidade (RESOURCE, 2005) são indicados e sugeridos para o Arquivo Histórico de Cruz Alta, tais como:

- O mobiliário não deve obstruir a passagem de usuários com deficiência de mobilidade e ainda deve ser facilmente identificado por pessoas com deficiência visual;
- Prateleiras, mesas, computadores devem estar em uma posição baixa para que os usuários com cadeiras de rodas e de baixa estatura possam usá-los;
- A sinalização, etiquetas devem ser impressos com letras de tamanho grande, observando-se um bom contraste com o fundo;
- Assentos com diferentes tamanhos e tipos, para atender a todos os usuários.

Machado e Carmargo citam algumas características a serem observadas ao se implantar arquivos públicos municipais, as quais podem ser levadas em conta para uma futura adaptação no Arquivo de Cruz Alta.

Quanto às características do prédio (construído ou adaptado), são itens importantes:

- portas e divisórias do tipo corta-fogo;
- bombas de sucção (para prevenir danos por eventuais inundações);
- piso de material resistente ao fogo;
- aparelhagem de climatização, pelo menos nos depósitos de documentos;

- elevador com capacidade para transportar grandes volumes de documentos (carga útil de 500 kg, no mínimo, e cabine de cerca de 1,50 X 1,50 m);
- escadas de emergência isoladas por muro e/ou portas corta-fogo;
- entrada e escoamento de água adequados, tendo em vista, inclusive, a instalação de laboratórios;
- flexibilidade na distribuição interna de espaços, por meio de divisórias leves (material a prova de fogo);
- rampas de acesso para idosos e deficientes físicos;
- áreas franqueadas ao público;
- impacto visual externo, de modo a permitir que a finalidade do prédio seja imediatamente identificada por todos. (MACHADO; CAMARGO, 2000, p. 65-66).

O edifício deve ter áreas abertas ao público e áreas não abertas ao público, que são destinadas aos funcionários e trabalho interno. Para a área aberta ao público, em termos ideais, deve conter:

- “hall” de entrada, incluindo espaços para recepção, protocolo e exposições;
- auditório;
- sala de consulta;
- cantina;
- sanitários;
- biblioteca e hemeroteca. (MACHADO; CAMARGO, 2000, p. 66).

Para áreas não abertas ao público, o arquivo deve conter:

- ambiente para recepção de documentos recolhidos;
- ambiente para desinfecção e/ou limpeza de documentos (estufa de etileno ou similar);
- salas de processamento técnico;
- depósitos para armazenagem de documentação textual e especial;
- sala de reprografia;
- oficina de restauração e encadernação;
- gabinete do diretor e secretaria;
- sala de reuniões;
- almoxarifado;
- copa;
- sala de pesquisa;
- sanitários, banheiros e/ou vestiários;
- laboratório de fotografias;
- centro de processamento de dados;
- dependências para manutenção e climatização (casa de máquinas);
- garagem. (MACHADO; CAMARGO, 2000, p. 66-67).

Para melhorar a acessibilidade (RESOURCE, 2005) dos usuários com deficiência no Arquivo Histórico de Cruz Alta, cita-se algumas recomendações:

Para pessoas com deficiência sensorial visual: Guias em braile, mapas em braile, lupas e ampliadores de tela, leitores de tela. Deve-se ter uma iluminação do ambiente com contraste de cor, visitas táteis e descrição de objetos e slides,

material informativo sonoro como documentos curtos que podem ser gravados em fitas de áudio, transcrição de documentos para Braille e Moon, produção de documentos em fonte 14 ou 16.

Para pessoas com deficiência sensorial auditiva: Vídeos traduzidos para a língua dos sinais, sinalização clara e objetiva, verificar sempre como preferem se comunicar, falar clara e lentamente para que possam fazer a leitura labial, mudar de posição se solicitado pelo usuário, fornecer um interprete ou escrever.

Para pessoas com deficiência física: Manter passagens desobstruídas, deixar espaço entre prateleiras e móveis, dispor diferentes tipos de cadeiras e mesas, acesso on-line para aquelas pessoas que preferem visualizar as informações no computador.

Pessoas com deficiência mental: usar uma linguagem clara, simples, objetiva e amigável, com sentenças curtas e palavras comuns. Também é importante dirigir-se diretamente ao usuário como se estivesse conversando com ele, e antes de começar uma explicação apresentar o conteúdo em linhas gerais. Para melhorar o atendimento pode-se contar com a orientação do próprio usuário e de seu acompanhante, se houver, para conhecer melhor este e ajustar o atendimento às suas características e necessidades.

O arquivo recebe a visita de diversas escolas, inclusive de escolas especiais que integram e incluem pessoas com deficiência, além da população da comunidade local e de outras cidades. Sendo assim, deve eliminar as barreiras que prejudicam a acessibilidade destes.

Para eliminar de fato os obstáculos que afetam a acessibilidade e tornar-se um ambiente acessível, primeiramente é preciso ser proativo. Auditorias também podem verificar detalhadamente obstáculos e ainda, é fundamental perguntar as pessoas com deficiência quais as suas necessidades, suas insatisfações e buscar alternativas para corrigir as falhas. (RESOURCE, 2005, p.97).

Os desafios que se colocam, na atualidade, para o pleno exercício da cidadania são imensos na sociedade brasileira. Neste momento de transformação, em que os destinos do País são decididos, estão em jogo as possibilidades de construção de um projeto de futuro em que a modernidade seja conjugada com igualdade e justiça. (RELATÓRIO AZUL, 2003, p. 219)

5.2 Análise e resultados dos questionários

5.2.1 Análise do questionário 1

Conforme o usuário interno respondente, apesar de esporádicas, o Arquivo e Museu Histórico de Cruz Alta recebe a visita de pessoas com deficiência e por isso precisa adequar-se para receber todos os tipos de usuários. Com futuras mudanças no prédio, como reformas na estrutura arquitetônica, poderia-se alocar o arquivo para o primeiro andar do prédio. Além disso, sugere-se retirar escadas e substituir por rampas ou elevadores para facilitar a acessibilidade para as pessoas com deficiência.

A reação dos usuários ao interagir com o arquivo e museu foi surpreendente, pois eles relacionaram objetos com a história do município, o que demonstra o interesse e a importância dos documentos de arquivo, como fonte de pesquisa histórica para os usuários.

O respondente confirma que o arquivo não está bem adaptado para receber todos os tipos de usuários, e segundo ele, as principais dificuldades são de acesso físico. Ainda diz que o acesso às informações existem, contudo há empecilhos físicos que dificultam o acesso aos mesmos.

Este respondente considera importante o acesso por todos os tipos de usuários independente de suas peculiaridades. Concorde que as adaptações facilitarão o acesso por pessoas com deficiência e conseqüentemente para a inclusão social neste ambiente.

De acordo com o respondente o arquivo é pouquíssimo procurado. Isso justifica-se pelo fato de o mesmo não possuir materiais adequados, em formatos alternativos aos tradicionais e ainda a dificuldade de acesso físico também intimida os mesmos, porém é de fundamental importância para todos, que algumas mudanças ocorram.

5.2.2 Análise do questionário 2

Todos os usuários respondentes concordam que o arquivo não está adaptado para atender a todas as pessoas.

Quatro usuários não se sentem incluídos neste ambiente, um sente-se parcialmente incluído, dois sentem-se incluídos e nenhum deles possui deficiência.

De acordo com os respondentes o arquivo é um ambiente que propicia a socialização das pessoas e a construção do conhecimento porque guarda diversos materiais ricos em informações históricas da comunidade e de seus antepassados. Além de guardar materiais históricos administrativos, promove a educação. Um dos respondentes afirma que o arquivo deveria ser um local de socialização entre as pessoas e de construção do conhecimento, mas que observou barreiras que dificultam isto, como a falta de estrutura física. Outro respondente colocou que propicia a socialização somente daquelas pessoas que conseguem chegar ao arquivo. Ainda, outro usuário respondente afirma que devemos ter um espaço onde a população em geral tenha acesso ao conhecimento da nossa cultura, história para que assim nossos sucessores aprimorem seus conhecimentos e realizem comparativos de cada época “vívida” ou “vivenciada”.

Apenas dois dos sete usuários conhecem a Lei nº 7.853/89, que garante a participação ativa e a integração das pessoas com deficiência na sociedade, em espaços públicos, sendo que um deles acha que a lei não está sendo cumprida e outro acha que a lei está sendo parcialmente cumprida. Isto mostra que esta lei ainda é desconhecida por muitos, e apesar de existir há alguns anos, não é cumprida em todos os locais de acesso público. Sendo assim, há uma discrepância entre o que consta na lei e o que de fato ocorre em nossa sociedade e por isso devemos exigir a equidade de oportunidades para que todos tenham os mesmos direitos.

Todos os usuários respondentes acham importante que o arquivo faça adaptações para melhorar a acessibilidade e que propiciem a inclusão social de todos os usuários.

Cinco respondentes disseram não ter dificuldade ao acessar o arquivo. Um deles argumentou que apesar de não ter deficiência percebe que a acessibilidade para algumas pessoas com deficiência pode ser difícil devido as escadas serem

estreitas, e pelo arquivo se encontrar no terceiro andar do prédio. Ainda, cita que na parte externa ao arquivo, não há informações nitidas de que no prédio se encontra um arquivo. Outro respondente que não teve dificuldades ao acessar o arquivo colocou que apenas teve problemas na hora da localização dos materiais. Ainda outro respondente que afirmou não ter dificuldades ao acessar o arquivo, colocou que pode ser inacessível para algumas pessoas. Dois respondentes disseram que sentiram dificuldades ao acessar o arquivo, um disse que as escadas que dão acesso ao mesmo são muito enclinadas além de permitirem a passagem de apenas uma pessoa por vez. O outro usuário colocou que não havia corrimão em um dos lados da escada e o chão era liso, podendo ocasionar a queda de alguém.

Todos os usuários concordam que é importante que o arquivo propicie a aproximação da comunidade e especialmente das pessoas com necessidades especiais neste ambiente, visto que o mesmo tem o compromisso de fomentar o conhecimento. Um usuário colocou que o arquivo foi construído para esta finalidade. Dois usuários respondentes colocaram de forma semelhante que todo ser humano tem direito ao conhecimento, a informação, a acessibilidade e a participação na sociedade sem qualquer discriminação. Outro usuário argumentou que os órgãos públicos tem obrigação de difundir as informações através de diversos meios a todos os usuários. Ainda, outro respondente colocou que é de grande valia que os cidadãos possuam uma proximidade maior com este tipo de fonte do conhecimento.

Seis usuários acham que existe algum tipo de rejeição em relação aos deficientes quanto a acessibilidade arquitetônica, isto justifica-se pelo fato de que não há uma infra-estrutura totalmente adequada para atendê-los bem. Um usuário respondeu parcialmente e isto justifica-se pelo fato de que o prédio não é adequado para receber pessoas com deficiência física. Aqui podemos considerar que não há uma rejeição intencional, mas ocorre uma rejeição de forma indireta já que o projeto arquitetônico do prédio impede ou prejudica a acessibilidade para algumas pessoas.

A maioria dos respondentes acreditam que as principais mudanças que deveriam ocorrer na sociedade para haver inclusão social de todas as pessoas em um espaço cultural como o Arquivo Histórico de Cruz Alta é a mudança de mentalidade, a mudança de atitudes, a conscientização das pessoas em ajudar o próximo, e que as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência é um problema de todos, sendo que merecem atenção e respeito como qualquer cidadão. Um respondente mencionou que a sociedade ainda está despreparada para aceitar

e entender as diferenças entre as pessoas, enfatizando que é obrigação dos gestores permitirem que todos os locais sejam acessíveis. Além disso, um respondente colocou que mudanças na estrutura física dos locais são importantes. Um usuário colocou que cada um deve fazer a sua parte e que políticas públicas poderiam ser criadas para favorecer as pessoas com deficiência na defesa de seus direitos e que também se deve ter mais fiscalizações. Outro usuário colocou que a sociedade ainda tem uma visão individualista, pois existem pessoas que criticam a igualdade de direitos não querendo cooperar com aqueles que realmente estão fora do padrão da normalidade estabelecido por um grupo que é maioria, seguindo esta mesma linha de raciocínio coloca que todos devem ter os mesmos direitos e oportunidades para que assim o respeito e os valores morais sejam iguais perante as oportunidades que a vida nos oferece. Ainda, também foi colocado que a conscientização deve ser primeiramente dos poderes públicos, pois são de sua responsabilidade os projetos para acessibilidade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Arquivo Histórico Municipal de Cruz Alta é um local dinâmico e que guarda documentos históricos da sociedade de Cruz Alta, sendo um ponto bastante visitado pela população local da cidade e de outros locais, mas não está totalmente adaptado para receber a todas as pessoas. As constatações observadas mostram que alterações na estrutura arquitetônica poderiam contribuir para o arquivo melhor atender seus usuários e a para que todos possam ter condições iguais de acesso.

Conforme já citado acima, a coleta de dados foi obtida através do questionário aplicado aos usuários do arquivo e da observação individual e sistemática no Arquivo Histórico de Cruz Alta.

Com a análise dos dados, foi constatado que o arquivo não está totalmente adaptado para receber pessoas com deficiência, pois não disponibiliza todas as condições necessárias de acessibilidade, como acessibilidade arquitetônica e acessibilidade instrumental. Ainda, não disponibiliza equipamentos, documentos em formatos alternativos e tecnologias assistivas que garantem o acesso às informações por todos, tais como leitores de tela para cegos, entre outros.

O objetivo geral do trabalho, analisar a acessibilidade no Arquivo Histórico de Cruz Alta e conscientizar os usuários de sua necessidade para a inclusão social foi atingido. Os usuários concordaram que a acessibilidade no arquivo é um empecilho para muitas pessoas, o que dificulta a inclusão de usuários com deficiência neste espaço, principalmente pessoas com deficiência física e visual.

Os objetivos específicos foram alcançados, uma vez que foram identificadas as condições de acessibilidade no arquivo bem como foram apontadas às necessidades de adaptações que propiciam a inclusão social em arquivos públicos. Deste modo, algumas sugestões e recomendações foram propostas no trabalho e em uma Cartilha que pode orientar o Arquivo Histórico de Cruz Alta a fim de melhor atender os usuários, conscientizá-los da igualdade de direitos das pessoas com deficiência e proporcioná-los maior acessibilidade e inclusão social com futuras adaptações.

Tendo em vista que o arquivo está aberto a toda comunidade, é interessante adaptar-se a todos os possíveis usuários adotando-se as medidas necessárias que

foram sugeridas no trabalho. Para dar prosseguimento a este trabalho, indica-se que os trabalhos futuros analisem se as alterações sugeridas para se obter maior acessibilidade realmente ocorreram. Também seria interessante pesquisar se o arquivo tem uma base dados sobre seus documentos e se há interesse em criar uma base de dados, para disponibilizar aos usuários que desejam consultar as informações de forma on-line.

O arquivo é de fundamental importância para a comunidade, visto que propicia a interação das pessoas em um meio cultural, além de disponibilizar informações de seus interesses. Diante desse quadro, conclui-se que o arquivo além de aproximar os usuários, tem função social educativa e contribui para a formação daqueles que buscam informações e conhecimento em seu espaço.

Os arquivos podem tornar-se mais eficientes se acompanharem as novas tecnologias que cada vez mais nos beneficiam. São mudanças significativas que facilitam a vida de muitas pessoas com deficiência e muitas delas podem fazer parte do universo dos arquivos para que estes atendam as necessidades de todos os seus usuários e conquistem usuários potenciais. Com isso, seria interessante realizar algumas mudanças sugeridas, para tornar-se uma instituição ainda mais dinâmica e reconhecida pela inclusão social, que propicia o desenvolvimento de seu potencial educativo, científico e cultural junto a sociedade e assim, a preservação da memória histórica do município de Cruz Alta estará ao alcance de todos.

Ao conservadorismo de muitos, precisamos responder com propostas que demonstram a capacidade de inclusão, para por fim a uma história de exclusão, preconceito, discriminação e negação que pode transformar-se completamente em uma sociedade acolhedora, democrática que quer aprender e sabe conviver com as diferenças do mundo e de si mesmas.

A plena acessibilidade desenvolve-se, sobretudo a partir do respeito individual a todos os cidadãos, levando-se em consideração as diversidades que os seres humanos apresentam e tentando-se eliminar as barreiras físicas, que muitas vezes, tornam-se barreiras sociais, a fim de integrar a sociedade em todos os locais públicos, como os arquivos, democratizando as informações. Além disso, a plena acessibilidade desenvolve-se a partir de pequenos detalhes que fazem toda a diferença para aquelas pessoas que necessitam de adaptações e destes detalhes.

As mudanças na sociedade devem começar pelas atitudes, pelo respeito a todas as pessoas, pelo respeito às diferenças, identidades e diversidades. Através

da educação, da mudança de pensamento, da conscientização será possível rever se todos têm, hoje, de fato os mesmos direitos, observando se o princípio da isonomia é realmente cumprido. Ainda, planos de acessibilidade são medidas que contribuem para a inclusão de pessoas em um espaço cultural que deve estar disponível a todos que desejarem informações.

Assim, este trabalho foi elaborado pensando na necessidade de se construir um ambiente, nos arquivos, que seja acolhedor a todas as pessoas, respeitando suas particularidades e diferenças, a fim de que se transforme em um local verdadeiramente inclusivo. O processo de construção de uma sociedade realmente inclusiva, democrática e igualitária depende de todos nós, depende de nossas atitudes, de como a enxergamos, do compromisso e disposição de todos os envolvidos na reestruturação da sociedade e das instituições.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE a bens culturais. Disponível em:
<http://4ccr.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/patrimonio/documentos-docs/acessibilidade_a_bens_culturais.pdf> Acesso em: 15 jan. 2011.

BENGALA LEGAL. A importância da mudança atitudinal na inclusão social das pessoas com deficiência. Disponível em: <<http://www.bengalalegal.com/ana-cristina>> Acesso em: 15 abr. 2011

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 8.159**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em 20 jun. 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 10.098**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm>. Acesso em: 01 ago. 2011.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação brasileira sobre pessoas portadoras de deficiência**. 5. ed. Brasília: Centro de Documentação e Informação: Edições Câmara, 2009. 405p.

CASTANHO, Denise Molon. **Acessibilidade das pessoas com necessidades especiais nos arquivos**. Santa Maria: UFSM, 2010. 60 p.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO DO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA. Disponível em: <<http://www.cedipod.org.br/w6corde.htm>>. Acesso em: 22 set. 2010.

CENTRO DE REFERÊNCIAS FASTER. Disponível em:
<<http://www.crfaster.com.br/LUDWIG%20PDF.pdf>>. Acesso em: 01 jun.2011

CONGRESSO NACIONAL. Disponível em:
http://www.saocarlos.sp.gov.br/images/stories/pme/diversidade/estatuto_pessoa_deficiencia.pdf Acesso em: 05 maio 2011.

CONSTANTE, Sônia Elisabete (Comp.). **Políticas públicas e a gestão da informação arquivística**. Santa Maria, 2010. 17 p. (Apostila da Disciplina de Pesquisa II, Curso de Especialização a Distância em Gestão em Arquivos UFSM). Disponível em: <<http://cead.ufsm.br/moodle/mod/resource/view.php?id=89285>>. Acesso em: 1 ago. 2010.

CONVENÇÃO sobre os direitos das pessoas com deficiência. São Paulo: [Secretaria de Estado dos Direitos das Pessoas com Deficiência], 2008. 40 p.

CORRER, Rinaldo. **Deficiência e inclusão social**: construindo uma nova comunidade. Bauru: EDUSC, 2003. 122 p.

DEMO, Pedro. **Introdução a metodologia da ciência**. São Paulo: Atlas, 2009. 118p.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editorial, 2008. 182 p.

FLORES, Daniel (Comp.). **As funções arquivísticas**. Santa Maria, 2010. 51p. (Apostila da Disciplina de Pesquisa II, Curso de Especialização a Distância em Gestão em Arquivos UFSM). Disponível em: <http://cead.ufsm.br/moodle/file.php/2445/Pesquisa_II.pdf> . Acesso em: 9 set. 2010.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso as informações arquivísticas. **Ciência da Informação**, vol. 28, n. 2, 1999.

HAUESTEIN, Deisi; PAZETTO, Denise. **Monografias dissertações e teses**: manual para normalização segundo a ABNT. Porto Alegre: Nova Prova, 2008. 113 p.

LIMA JUNIOR, Arnaud Soares de; SANTANA, Eri. Tecnologia assistiva: uma proposta de inclusão das pessoas com deficiência nas escolas públicas regulares. **Novas tecnologias na educação**, v.8, n. 2, dez. 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér; PRIETO, Rosângela Gavioli; ARANTES, Valéria Amorim (Org.). **Inclusão escolar**: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus editorial, 2006. 103 p.

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria Almeida. **Como implantar arquivos públicos municipais**. 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000. 87 p.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga Maciel. Portadores de deficiência: a questão da inclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 20, p. 54, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 312 p.

MARQUES, Carlos Alberto. Integração: uma via de mão dupla na cultura e na sociedade. In: Mantoan, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. p. 18-23.

MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. São Paulo: Atlas, 2007. 118 p.

MELO, Amanda Meincke. Acessibilidade e design universal. In: PUPO, Deise Tallarico Pupo; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez Ferrés (Orgs). **Acessibilidade** : discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006. p.17-20.

MELO, Amanda Meincke; COSTA, Jean Braz da; SOARES, Sílvia C. de Matos. Tecnologias assistivas. In: PUPO, Deise Tallarico Pupo; MELO, Amanda Meincke; FERRÉS, Sofia Pérez Ferrés (Orgs). **Acessibilidade** : discurso e prática no cotidiano das bibliotecas. Campinas: Unicamp, 2006. p.62-70.

MELLO, Ana Maria S. Ros de Mello. Autismo e integração. In: Mantoan, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. p. 13-17.

MUNHÓZ, Maria Alcione (Comp.). Unidade A – **Educação, identidade e diferença**. Santa Maria, 2010. 58 p. (Apostila do Curso de Especialização a Distância em Gestão em Arquivos UFSM). Disponível em: <<http://cead.ufsm.br/moodle/course/view.php?id=3090>>. Acesso em: 09 abr. 2011.

OLIVEIRA, Daíse Aparecida. Os arquivos públicos e privados: estratégias para a institucionalização de arquivos municipais. 16 p. Disponível em: http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/Media/publicacoes/mesa/os_arquivos_publicos_e_privados_parte_1.pdf Acesso em: 15 jul. 2011.

PACHECO, José ... et al. **Caminhos para a inclusão**: um guia para o aprimoramento da equipe escolar. Tradução Gisele Klein. Porto Alegre: Artmed, 2008. 230 p.

PAIM, Paulo. **Estatuto da pessoa portadora de deficiência**: a natureza respeita as diferenças. 3. ed. Brasília: [s.n.], 2003. 42 p.

PEREIRA, Elizabeth A. (colab.) **Direitos da pessoa com deficiência**: conhecer para exigir. Brasília: Senado Federal, 2008. 81 p.

RELATÓRIO AZUL.2003. Porto Alegre: Corag, 2003. 467 p.

RESOURCE. **Acessibilidade**. São Paulo: EDUSP: VITAE, 2005. 118 p. (Serie Museologia; 8).

ROCHA, Márcia S. **O processo de inclusão na percepção do docente do ensino regular e especial**. Monografia apresentada como conclusão do curso de Pós-graduação em Educação Especial – Área de Deficiência Mental, Universidade Estadual de Londrina. 2000, p. 3-10.

SANTANA, Elaine Barbosa. As políticas públicas de ação afirmativa na educação e sua compatibilidade com o princípio da isonomia: acesso às universidades por meio de cotas para afrodescendentes. **Ensaio**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 736-760, out./dez. 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Inclusão**: revista da educação especial, ano 1, n.1, out. 2005.

SILVA, Edna Lucia da.; MENEZES, Eстера Muszkat. 3. ed. rev. atual. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121 p.

SINTEST RN Sindicato Estadual dos trabalhadores em educação do ensino superior. **Acessibilidade de pessoas com deficiência**. Disponível em: http://www.sintestrn.org.br/index.php?view=article&catid=34%3Aeventos&id=1862%3AAcessibilidade-de-pessoas-com-deficiencia&format=pdf&option=com_content&Itemid=58 Acesso em: 30 ago. 2011.

TECNOLOGIAASSISTIVA. Dosvox: leitor de tela. Disponível em: http://www.tecnologia-assistiva.org.br/produtos.php?det=s&id_produto=7603 . Acesso em: 15 abr. 2011.

TELFORD, Charles W.; SAWREY, James M. **O indivíduo excepcional**. Tradução de Vera Ribeiro. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988. 658 p.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Questionário 1 aplicado ao usuário interno do Arquivo Histórico de Cruz Alta

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - GESTÃO EM ARQUIVOS

Este questionário faz parte da monografia de especialização sobre a acessibilidade em arquivos públicos, a partir do estudo de caso no Arquivo Histórico de Cruz Alta. Seu objetivo é conhecer as necessidades de acessibilidade que propiciam a inclusão social de todos os usuários reais e potenciais do arquivo, analisando essas condições e sugerindo mudanças que melhorem o acesso e conseqüentemente a interação de pessoas com deficiência nesse espaço cultural.

A pesquisa está vinculada ao Curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão em Arquivos e está sendo realizada sob orientação da professora Gláucia Vieira Ramos Konrad. O nome dos informantes será omitido na apresentação dos resultados.

Obrigada pela sua colaboração!

- 1 – O arquivo recebe a visita de pessoas com deficiência?
- 2 – Com que freqüência o arquivo recebe a visita dessas pessoas?
- 3 – Como foi a reação das pessoas com deficiência ao visitar o arquivo?
- 4 – Elas interagiram com as atividades propostas e se mostraram interessados no arquivo histórico?
- 5 – Você acredita que o arquivo está bem adaptado para receber a todos os usuários?

6 – Quais as principais dificuldades de acesso encontradas pelas pessoas ao visitar o Museu?

7 – O direito de informações é garantido por lei e faz parte dos direitos fundamentais, portanto todos os locais devem permitir o acesso aos arquivos. Com isso, o arquivo está cumprindo o seu papel, de atender a todos possibilitando acesso?

8 – Tendo em vista que arquivos têm o compromisso de fomentar o conhecimento e auxiliar os usuários na busca pelo mesmo, você acha importante que o arquivo permita e propicie a aproximação da comunidade e especialmente das pessoas com deficiência neste ambiente?

9 - Qual a importância das adaptações sugeridas para o arquivo?

10 – Você acha importante o acesso ao arquivo pelas pessoas com deficiência bem como as adaptações sugeridas?

APÊNDICE B

Questionário 2 aplicado aos usuários externos do Arquivo Histórico de Cruz Alta

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO - GESTÃO EM ARQUIVOS

Este questionário faz parte da monografia de especialização sobre a acessibilidade em arquivos públicos, a partir do estudo de caso no Arquivo Histórico de Cruz Alta. Seu objetivo é conhecer as necessidades de acessibilidade que propiciam a inclusão social de todos os usuários reais e potenciais do arquivo, analisando essas condições e sugerindo mudanças que melhorem o acesso e conseqüentemente a interação de pessoas com deficiência nesse espaço cultural.

A pesquisa está vinculada ao Curso de Pós-Graduação lato sensu em Gestão em Arquivos e está sendo realizada sob orientação da professora Gláucia Vieira Ramos Konrad. O nome dos informantes será omitido na apresentação dos resultados.

Obrigada pela sua colaboração!

1 - Você considera que o arquivo está adaptado para atender a todos os usuários?

- Sim
- Não
- Parcialmente

2 - Você se sente incluído neste ambiente?

- Sim
- Não
- Parcialmente

3 – Você possui alguma deficiência? Se sim, qual?

4 - Você acha que o arquivo é um ambiente que propicia a socialização de pessoas e a construção do conhecimento?

5 - O direito de participar ativamente e integrar a sociedade é garantido pela Lei nº 7.853/89. Você conhece esta lei e acha que está sendo cumprida?

- Sim e acho que está sendo cumprida
- Sim e acho que não está sendo cumprida
- Sim e acho que está sendo parcialmente cumprida
- Não conheço

6 – Você acha que é importante o Arquivo Histórico de Cruz Alta fazer adaptações que propiciem a inclusão social?

- Sim
- Não
- Parcialmente

7 –Você teve alguma dificuldade ao acessar o arquivo? Se sim, qual a sua principal dificuldade?

8 – Tendo em vista que arquivos têm o compromisso de fomentar o conhecimento e auxiliar os usuários na busca pelo mesmo, você acha importante que o arquivo permita e propicie a aproximação da comunidade e especialmente das pessoas com deficiência neste ambiente?

9 – Você sente algum tipo de rejeição em relação as pessoas com deficiência quanto a acessibilidade arquitetônica do arquivo?

- Sim
- Não
- Parcialmente

10 – Quais as principais mudanças você acha que deveria haver na sociedade para haver a inclusão social de todos em um espaço cultural como o Arquivo Histórico de Cruz Alta?

APÊNDICE C

Cartilha destinada ao Arquivo Histórico de cruz Alta

Márcia Della Flora Cortes

**CARTILHA:
ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL
NOS ARQUIVOS PÚBLICOS**

2011

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	2
2	DESENVOLVIMENTO	3
2.1	Inclusão social e acessibilidade	3
2.2	Sugestões e propostas para melhor atender os usuários com deficiência...6	6
2.3	Sugestões para futuras adaptações no prédio.....7	7
3	CONCLUSÃO	10
	REFERÊNCIAS.....	11

1 INTRODUÇÃO

Esta cartilha foi elaborada com objetivo de melhorar a acessibilidade nos arquivos públicos e aqui encontram-se sugestões para melhor atender os usuários bem como sugestões para futuras alterações na estrutura física que atendam as necessidades de todas as pessoas proporcionando a inclusão social.

Os arquivos públicos brasileiros vêm, enfrentando problemas relativos a acessibilidade que dificulta a entrada de muitas pessoas em seu espaço, ocasionando com isso, um certo afastamento das pessoas com deficiência.

Devido a esta dificuldade torna-se necessário que os arquivos públicos busquem alternativas que possibilitem atender a todos os seus usuários e conquistar aqueles usuários potenciais, que poderão frequentar este espaço. Nesse sentido, com esta cartilha pretende-se contribuir para que os arquivos públicos favoreçam a inclusão de todas as pessoas, com materiais alternativos em formatos não convencionais e uma infra-estrutura que facilite a acessibilidade para todos.

É no atendimento às necessidades das diversidades humanas que encontramos a democracia e a igualdade de oportunidades. Assim, tornar o ambiente acessível a todos os usuários é permitir que a inclusão social ocorra sem qualquer tipo de barreira, sejam sociais, arquitetônicas ou outras.

Muitas pessoas ainda são usuários potenciais de locais culturais, como arquivos, contudo podem tornar-se usuários reais se as suas necessidades forem atendidas.

Para eliminar de fato os obstáculos que afetam a acessibilidade em arquivos e tornar um ambiente acessível, primeiramente é preciso ser proativo. Auditorias também podem verificar detalhadamente obstáculos e ainda, é fundamental perguntar as pessoas com deficiência quais as suas necessidades, suas insatisfações e buscar alternativas para corrigir as falhas. (RESOURCE, 2005, p.97).

As informações arquivísticas são de fundamental importância a todos, visto que os documentos de arquivo têm caráter comprobatório, testemunham ações governamentais, garantem a transparência administrativa e ainda asseguram direitos de cidadania das pessoas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Inclusão social e acessibilidade

A inclusão social é a capacidade da sociedade acolher a todos os homens em seus diversos espaços e com qualidade, bem como eliminar todos os obstáculos que dificultam o acesso por qualquer pessoa. Além disso, inclusão social significa o contato de uma pessoa com outras, em escolas, museus, arquivos, bibliotecas, academias, supermercados, restaurantes e todos os locais passíveis de acesso por qualquer cidadão. Se alguém não puder participar de brincadeiras ou não puder ir ao cinema, compras e outros locais certamente estará limitado em desempenhar atividades sociais ficando difícil viabilizar uma vida de qualidade.

De acordo com a Lei nº 10.098, de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade a pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, o artigo 2, inciso I, define a acessibilidade como:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (BRASIL. Lei nº 10.098, 2000)

Para auxiliar as pessoas com deficiência, devemos exercer nossa cidadania e fazer o possível para integrá-las e incluí-las em todos os locais públicos. Contudo, sabe-se que as barreiras arquitetônicas ainda são obstáculos que impedem o deslocamento destas pessoas na maioria das cidades.

A acessibilidade aos bens culturais pelas pessoas com deficiência deve ser entendida como decorrência lógico-jurídica do princípio da isonomia, posto que este inclui tanto a exigência de tratamento igualitário, quanto a proibição de tratamento discriminatório.

A eliminação de barreiras físicas e sociais dos espaços e serviços destinados à fruição do patrimônio cultural é fundamental para que as pessoas com deficiência tenham acesso aos bens culturais. Estes espaços e serviços devem ser adequados para permitir que pessoas com deficiência sejam incluídas no processo de reformulação da identidade nacional, por meio do conhecimento e valorização da nossa cultura e história. (ACESSIBILIDADE A BENS CULTURAIS)

Historicamente as pessoas com deficiência foram tratadas de diferentes formas, com exclusão e preconceito, que ainda persiste. Contudo, esta trajetória necessita ser mudada e adequada à sociedade, visto que, hoje, todos buscam e querem igualdade de condições para participar ativamente do desenvolvimento social. Basta a sociedade oferecer condições iguais de acesso para propiciar a inclusão social, lembrando que as diferenças são normais na sociedade e cabe a esta eliminar todo tipo de barreira que exclui qualquer cidadão.

Os arquivos, assim como escolas, bibliotecas e museus também têm uma importante contribuição para o desenvolvimento social das pessoas e como um ambiente sócio-educativo que fomenta pesquisas e disponibiliza informações deve ser acessível a todos os seus usuários, proporcionando comodidade e bom atendimento.

Os arquivos constituem instrumento importante no sentido de assegurar acesso permanente a informação socializando pesquisas, promovendo educação, desenvolvendo capacidades humanas. A sociedade precisa fazer uso de conhecimentos e informações e o papel das instituições arquivísticas é de fomentar a pesquisa mediante diferentes modos de acesso e uso. (CASTANHO, 2010, p. 24)

Sabe-se da necessidade e da urgência em se enfrentar o desafio da inclusão social. E para que ela ocorra é preciso eliminar todas as barreiras que impedem a integração e inclusão das pessoas com deficiência. Ao se pensar em inclusão social, pensa-se em acessibilidade, pois a inclusão social depende da acessibilidade em todas as suas dimensões.

Com isso, para que uma sociedade seja realmente inclusiva, esta deve eliminar todas as suas barreiras e atender aos diversos aspectos da acessibilidade (SASSAKI, 2005), tais como:

- Acessibilidade comunicacional: Refere-se a inexistência de barreiras através dos diversos meios de comunicação, como a comunicação escrita (livros, revistas, materiais impressos em braile e tecnologias assistivas), comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais, linguagem gestual) e comunicação virtual (acessibilidade digital);

- Acessibilidade metodológica: Refere-se a inexistência de barreiras nos métodos de estudo, de trabalho, de ação comunitária e educação dos filhos. Sugere-

se fazer adaptações que propiciam a participação de todos no ambiente escolar, cultural e em família.

- **Acessibilidade atitudinal:** Refere-se a mudanças de atitudes nas pessoas que possuem uma visão restrita dos deficientes. Não deve existir preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminação. A convivência e o respeito com a diversidade humana resulta na aproximação de todos, na quebra de estigmas e preconceitos, por isso é importante a sensibilização e conscientização para iniciar-se uma relação harmoniosa;

- **Acessibilidade programática:** Refere-se a inexistência de barreiras invisíveis, as quais podem estar escondidas atrás de normas, regulamentos e políticas públicas;

- **Acessibilidade arquitetônica:** Refere-se a eliminação de barreiras físicas em todos os locais sociais, em que qualquer pessoa possa circular, como em arquivos, museus, edifícios, nas ruas, escolas, nos transportes;

- **Acessibilidade instrumental:** Refere-se a eliminação de barreiras em utensílios de estudo, de atividades diárias, de lazer e esporte.

A acessibilidade e a informação devem estar lado a lado, visto que para se chegar a um local que contenha informações é preciso que se tenha condições adequadas de acesso, ou seja, adaptações a todos os seus usuários. O arquivo é um dos locais onde isso se torna mais visível e tem por característica principal organizar, guardar, preservar e disseminar a informação e colocá-la à disposição do público, tendo função social essencial, pois contribui para a formação do cidadão. Portanto, o arquivo pode atuar como um verdadeiro centro de documentação, disseminando a informação e divulgando por vários meios os documentos que compõem o seu acervo.

A proposta de inclusão da pessoa portadora de deficiência na vida em seus múltiplos aspectos, corresponde à democratização do saber e ao exercício dos Direitos Humanos na vivência da equiparação das oportunidades oferecidas que podem facilitar a conquista da cidadania pelas PPDs. O direito a informação e a comunicação e a prática da cidadania afirma que os Direitos Humanos significam uma passagem de uma realidade de exclusão social para o direito de cidadão. (RELATÓRIO AZUL, 2003, p.223).

2.2 Sugestões e propostas para melhor receber e atender os usuários com deficiência

Ao receber todos os usuários deve-se ter cuidado e atenção e conforme explanado em Resource (2005), algumas recomendações são interessantes:

- Oferecer ajuda quando for apropriado e quando solicitado pela pessoas com deficiência. Antes de auxiliá-lo deve-se ter certeza de que o usuário aceitou a ajuda do atendente, por exemplo, não se deve pegar no braço de um usuário para levá-lo ao acervo, a não ser que este solicite;

- Tratá-los da mesma forma que todas as pessoas, de forma amigável, pois somos iguais e merecemos o mesmo tratamento;

- Não fazer brincadeiras e perguntas sobre a deficiência, a cadeira de rodas ou o cão acompanhante;

- Sempre perguntar a pessoa com deficiência, não fazer pressuposições, deixando que o usuário seja seu guia.

Para melhor atender os usuários com deficiência (RESOURCE, 2005) sugere-se cuidado com o ambiente e materiais alternativos que atendam suas necessidades, tais como:

Para pessoas com deficiência sensorial visual: Guias em braile, mapas em braile, lupas e ampliadores de tela, ledores de tela. Deve-se ter uma iluminação do ambiente com contraste de cor, visitas táteis e descrição de objetos e slides, material informativo sonoro como documentos curtos que podem ser gravados em fitas de áudio, transcrição de documentos para Braille e Moon, produção de documentos em fonte 14 ou 16.

Para pessoas com deficiência sensorial auditiva: Vídeos traduzidos para a língua dos sinais. Sinalização clara e objetiva. Verificar sempre como preferem se comunicar, falar clara e lentamente para que possam fazer a leitura labial, mudar de posição se solicitado pelo usuário, fornecer um interprete ou escrever.

Para pessoas com deficiência física: Manter passagens desobstruídas, deixar espaço entre prateleiras e móveis, dispor diferentes tipos de cadeiras e mesas, acesso on-line para aquelas pessoas que preferem visualizar as informações no computador.

Pessoas com deficiência mental: usar uma linguagem clara, simples, objetiva e amigável, com sentenças curtas e palavras comuns. Também é importante dirigir-

se diretamente ao usuário como se estivesse conversando com ele, e antes de começar uma explicação apresentar o conteúdo em linhas gerais. Para melhorar o atendimento pode-se contar com a orientação do próprio usuário e de seu acompanhante, se houver, para conhecer melhor este e ajustar o atendimento às suas características e necessidades.

As novas tecnologias estão favorecendo as condições de acessibilidade nos arquivos, a exemplo disso, pode-se citar o caso do Reino Unido (RESOURCE, 2005), onde se criam formas alternativas de disponibilizar as informações, que poderiam ser adaptadas no Brasil, tais como:

- Descrição de acervos de museus e arquivos para visitantes com deficiência visual;
- Sistema de símbolos para pessoas com dificuldades de aprendizagem;
- Vídeos e recursos na internet na língua dos sinais.

2.3 Sugestões para futuras adaptações ou reformas no prédio

Machado e Carmargo (2000) citam algumas características a serem observadas ao se implantar arquivos públicos municipais, as quais podem ser levadas em conta para uma futura adaptação.

Quanto às características do prédio (construído ou adaptado), são itens importantes:

- portas e divisórias do tipo corta-fogo;
- bombas de sucção (para prevenir danos por eventuais inundações);
- piso de material resistente ao fogo;
- aparelhagem de climatização, pelo menos nos depósitos de documentos;
- elevador com capacidade para transportar grandes volumes de documentos (carga útil de 500 kg, no mínimo, e cabine de cerca de 1,50 X 1,50 m);
- escadas de emergência isoladas por muro e/ou portas cortafogo;
- entrada e escoamento de água adequados, tendo em vista, inclusive, a instalação de laboratórios;
- flexibilidade na distribuição interna de espaços, por meio de divisórias leves (material a prova de fogo);
- rampas de acesso para idosos e deficientes físicos;
- áreas franqueadas ao público;
- impacto visual externo, de modo a permitir que a finalidade do prédio seja imediatamente identificada por todos. (MACHADO; CAMARGO, 2000, p. 65-66).

O edifício deve ter áreas abertas ao público e áreas não abertas ao público, que são destinadas aos funcionários e trabalho interno.

Para a área aberta ao público, em termos ideais, deve conter:

- “hall” de entrada, incluindo espaços para recepção, protocolo e exposições;
- auditório;
- sala de consulta;
- cantina;
- sanitários;
- biblioteca e hemeroteca. (MACHADO; CAMARGO, 2000, p. 66).

Para áreas não abertas ao público, o arquivo deve conter:

- ambiente para recepção de documentos recolhidos;
- ambiente para desinfecção e/ou limpeza de documentos (estufa de etileno ou similar);
- salas de processamento técnico;
- depósitos para armazenagem de documentação textual e especial;
- sala de reprografia;
- oficina de restauração e encadernação;
- gabinete do diretor e secretaria;
- sala de reuniões;
- almoxarifado;
- copa;
- sala de pesquisa;
- sanitários, banheiros e/ou vestiários;
- laboratório de fotografias;
- centro de processamento de dados;
- dependências para manutenção e climatização (casa de máquinas);
- garagem. (MACHADO; CAMARGO, 2000, p. 66-67).

A administração pública, inclusive as prefeituras municipais precisam adaptar-se as exigências das normas da ABNT, assim como a NBR9050, adequando-se aos padrões que possibilitam a inclusão social.

Algumas medidas que podem ser adotadas para melhorar a situação de acessibilidade (RESOURCE, 2005) em relação à estrutura arquitetônica em todos os arquivos são:

- Rampas;
- Elevadores;
- Piso tátil;
- Corrimãos;
- Banheiros com adaptações a usuários com deficiência física;

- Corredores largos o suficiente para que os cadeirantes possam circular;
- Estacionamento para deficientes;
- Entradas e saídas;
- Áreas para recepção;
- Pontos de informação ou de serviços;
- Espaços próprios para reuniões, pesquisa, atividades educativas e exposições com lugares reservados a deficientes;
- Mobiliários adequados a todos;
- Cuidado com acústica e amplificação sonora;
- Iluminação com contraste de cores no ambiente;
- Saída de emergência segura.

Se estes itens forem levados em consideração ao se fazer um novo projeto de edifício ou uma reforma em um arquivo, a inclusão e a acessibilidade farão parte do ambiente.

3 CONCLUSÃO

Os arquivos podem contribuir, não somente para a disponibilização de documentos aos usuários comuns, mas também para o desenvolvimento das pessoas com deficiência, bem como para a integração de cada indivíduo e sua convivência com a sociedade, oferecendo condições de acessibilidade adequadas a todos.

Os arquivos podem tornar-se mais eficientes se acompanharem as novas tecnologias que cada vez mais nos beneficiam. São mudanças significativas que facilitam a vida de muitas pessoas com deficiência e muitas delas podem fazer parte do universo dos arquivos para que estes atendam as necessidades de todos os seus usuários e conquistem usuários potenciais. Com isso, seria interessante para todos os arquivos adequarem-se as normas, a fim de tornarem-se instituições ainda mais dinâmicas e reconhecidas pela inclusão social, que propiciam o desenvolvimento de seu potencial educativo, científico e cultural junto a sociedade e assim, a preservação da memória histórica de seus municípios estará ao alcance de todos.

O uso de edifícios, serviços e acervos de museus, arquivos e bibliotecas devem ser acessíveis a todos, seja como visitantes, empregados ou voluntários. Adaptações exclusivas, como entrada ou recepção separada para portadores de deficiência, devem ser evitadas sempre que possível a fim de evitar a separação entre as pessoas. Pode-se chegar a uma melhor solução usando princípios inclusivos no projeto arquitetônico e também através de mudanças atitudinais.

As mudanças na sociedade necessitam começar pelas atitudes, pelo respeito a todas as pessoas, pelo respeito às diferenças, identidades e diversidades. Através da educação, da mudança de pensamento, da conscientização será possível rever se todos temos, hoje, de fato os mesmos direitos, observando se o princípio da isonomia é realmente cumprido.

Assim, esta cartilha foi elaborada pensando na importância de se construir um ambiente, nos arquivos, que seja acolhedor a todas as pessoas, respeitando suas particularidades e diferenças, para que se transforme em um local verdadeiramente inclusivo.

REFERÊNCIAS

ACESSIBILIDADE a bens culturais. Disponível em:
<http://4ccr.pgr.mpf.gov.br/institucional/grupos-de-trabalho/patrimonio/documentos-docs/acessibilidade_a_bens_culturais.pdf> Acesso em : 15 jan. 2011.

CASTANHO, Denise Molon. **Acessibilidade das pessoas com necessidades especiais nos arquivos**. Santa Maria: UFSM, 2010. 60 p.

CORRER, Rinaldo. **Deficiência e inclusão social**: construindo uma nova comunidade. Bauru: EDUSC, 2003. 122 p.

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria Almeida. **Como implantar arquivos públicos municipais**. 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado, 2000. 87 p.

MELLO, Ana Maria S. Ros de Mello. Autismo e integração. In: Mantoan, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. p. 13-17.

MARQUES, Carlos Alberto. Integração: uma via de mão dupla na cultura e na sociedade. In: Mantoan, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: Memnon, 1997. p. 18-23.

RELATÓRIO AZUL.2003. Porto Alegre: Corag, 2003. 467 p.

RESOURCE. **Acessibilidade**. São Paulo: EDUSP: VITAE, 2005. 118 p. (Serie Museologia; 8).